



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ

NATHÁLIA ALINE ANDRADE

**ATUAÇÃO DO ESTADO *NEOLIBERAL* NA GARANTIA DA
SOCIABILIDADE PELO VIÉS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANÁLISE SOBRE O RESGATE DO SER SOCIAL ENQUANTO
TRANSFORMADOR DA REALIDADE.**

Ivaiporã
2014

NATHÁLIA ALINE ANDRADE

**ATUAÇÃO DO ESTADO *NEOLIBERAL* NA GARANTIA DA
SOCIABILIDADE PELO VIÉS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANÁLISE SOBRE O RESGATE DO SER SOCIAL ENQUANTO
TRANSFORMADOR DA REALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Esp.. Maria Celeste de
Melo da Cruz

Ivaiporã
2014

NATHÁLIA ALINE ANDRADE

**ATUAÇÃO DO ESTADO *NEOLIBERAL* NA GARANTIA DA
SOCIABILIDADE PELO VIÉS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANÁLISE SOBRE O RESGATE DO SER SOCIAL ENQUANTO
TRANSFORMADOR DA REALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual de Maringá,
como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Esp. Maria Celeste Melo da
Cruz
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Vanessa Rombola Machado
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Peterson Alexandre Marino
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Ivaiporã, ____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho à minha mãe e
irmã, por estarem sempre ao meu lado,
me ensinando a amar.

AGRADECIMENTO (S)

À Deus com a certeza do seu amor à minha pessoa.

À minha mãe (Solange), que me possibilitou a realização desse sonho. Quero dizer que essa conquista é nossa e que meu amor por você é maior que o infinito. E à minha irmã (Aninha) por ser verdade em mundo cheio de mentiras. Te amo estrelinha menor.

Ao esposo da minha mãe (Levi), que cuidando dela quando me mudei, possibilitou minha permanência em Ivaiporã.

À minha família extensa, que desde muito cedo me ensinou sobre a vida.

À minha primeira mestre e hoje amiga, Valquiria, que foi o primeiro estranho a confiar em mim e que durante minha graduação me auxiliou de muitas maneiras.

À Maristela, pessoa de coração sem tamanho, com que dividi morada por dois anos quando cheguei em Ivaiporã e que me ensinou a confiar antes de julgar.

À família Silva, que me acolheu como filha e irmã, ajudando-me de todas as maneiras. Obrigada dona Neusa, seu Zé e meninas.

Às duas grandes amigas que encontrei em Ivaiporã, Débora e Nanda, que tornaram minha vida mais leve e tolerável, enquanto indivíduo novo num ambiente estranho. Amo vocês, jamais as esquecerei.

Aos amigos e colegas novos e antigos, próximo e nem tanto, que fizeram e fazem parte da minha história.

À minha querida e admirável mestre dentro da academia, que me ensinou o que é ciência. Obrigada Elizete!

À supervisora deste trabalho, pela orientação realizada. Obrigada Celeste!

À minha supervisora de estágio, pela atenção e comprometimento profissional. Obrigada Cristiane!

Aos amores e paixões, que passando pela minha vida fizeram diferença. Aos que se foram, ao que permanece e aos que podem vir a ser, um grande beijo no coração.

Por fim, agradeço à meu pai, que será homenagiado em espírito.

Não sei quantas almas tenho

Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem achei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,

Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem;
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.

Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser.
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: "Fui eu ?"
Deus sabe, porque o escreveu.

(FERNANDO PESSOA)

ANDRADE, Nathália Aline. **ATUAÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL NA GARANTIA DA SOCIABILIDADE PELO VIÉS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE SOBRE O RESGATE DO SER SOCIAL ENQUANTO TRANSFORMADOR DA REALIDADE.** 2014. 71. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2014.

RESUMO

O presente trabalho afere-se sobre a centralidade da categoria trabalho e sua mistificação no período de produção capitalista, segue ainda, pela ação do Estado, enquanto elemento para manutenção da ordem, chegando às recentes conquistas do trabalhador do século XX, os direitos sociais. A escolha sobre o objeto analisado deu-se a partir do interesse do pesquisador acerca das transformações macrosocietárias incidentes sobre a expressão do trabalho na contemporaneidade, fato que afeta a todo ser humano, enquanto ser social. Por ter-se realizado estágio extra-curricular no CRAS de Ivaiporã durante três meses do ano de 2012 e ter-se tido contato direto com os grupos que frequentavam curso do programa de geração de renda, despertou-se a curiosidade de conhecer mais amplamente o serviço de promoção à integração ao mercado de trabalho, tendo como pano de fundo o olhar/conhecimento que o profissional coordenador do CRAS tem sobre o mesmo. E também, pela autora ser bolsista vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/Fundação Araucária/UEM, no último ano de sua graduação, com o projeto de pesquisa "A Reconfiguração do trabalho na sociedade contemporânea e as políticas sociais no município de Ivaiporã\PR", o qual desenvolve sob orientação da professora doutora Elizete Conceição Silva. Nesse sentido, este trabalho caminha sob a leitura da teoria social crítica, com o objetivo de pensar a expressão do Estado sob as demandas contemporâneas, podendo refletir sobre possíveis respostas ao quadro social vigente. A análise visa realizar uma leitura sobre o papel do Estado brasileiro no período *Neoliberal*, indagando sobre sua atuação na contribuição da manutenção da sociabilidade pelo viés da Política de Assistência Social. Para tanto, busca resgatar a centralidade do ser humano na transformação da realidade e formação das relações sociais, a fim, de levar a reflexão sobre a importância do Estado em valorizar o servidor público para um trabalho social de qualidade, que contribua para o desenvolvimento da esfera social, alcançando uma cidadania plena. Além dos capítulos teóricos embasados na categoria trabalho e na atuação do Estado, por meio de políticas públicas, esta análise volta-se à interpretação estrutural e conjuntural do discurso de coordenadores de CRAS entrevistados, que estando inseridos no setor da assistência social, atuam na transformação/construção da sociabilidade local. A leitura constrói-se com o objetivo de compreender as ações destes trabalhadores tanto pelas condições de trabalho que eles possuem, quanto pela compreensão sobre imaginário social que os cercam, que fora construído no período de transformação macrosocietária da década de 70 do século XX. Finalmente, objetiva refletir o desenvolvimento societário, destarte, o ser humano.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Capitalismo. Estado. *Neoliberalismo*. Ser Social.

ANDRADE, Nathália Aline. **ACTION OF THE STATE OF WARRANTY ON NEOLIBERAL SOCIABILITY BY BIAS OF WELFARE: ANALYSIS ON THE REDEMPTION OF BEING AS SOCIAL REALITY OF TRANSFORMER.** 2014. 71 Work End of Course (Undergraduate Social Work) - State University of Maringa, Ivaiporã , 2014.

ABSTRACT

The present work is assessed on the centrality of the working class and their mystification over the period of capitalist production, still follows, by state action as an element for maintaining order, reaching the recent achievements of the twentieth century worker, social rights. The choice of the object analyzed was given from the interest of the researcher about the macro societal transformations incidents on the expression of the contemporary work, a fact that affects every human being as a social being. To have been held in extra- curricular training of CRAS Ivaiporã for three months of 2012 and to have had direct contact with the groups attending the ongoing income generation program, was aroused the curiosity of knowing more fully the promotion of integration to the labor market, having as a backdrop the look/knowledge that the professional coordinator of CRAS has about the same service. And also, for the plaintiff to be linked to the Scholarship Program for Scientific Initiation scholarship - PIBIC/CNPq/Araucaria/EMU Foundation , the last year of his graduatio, with the research project " The reconfiguration of work in contemporary society and social policies in the municipality of Ivaiporã\PR ", which develops under the guidance of professor Dr. Elizete Conceição Silva. In this sense, this work goes under the reading of critical social theory in order to think the words of the State under the contemporary demands, which may reflect on possible responses to current social context. The analysis aims to take a reading on the role of the state in the Neoliberal period, inquiring about their role in the maintenance of sociality contribution by the Social Assistance Policy bias. To do so, rescue the centrality of the human being to transform reality and training of social relations, in order, to bring the discussion about the importance of the State in enhancing the public server for a social work quality, which contributes to the development of social sphere, achieving full citizenship. In addition to the theoretical chapters grounded in the work category and the performance of the State, through public policies, this analysis turns to the structural and economic interpretation of speech coordinators interviewed CRAS, which being inserted in the social care sector, working in transformation/construction of local sociability. Reading is constructed aiming to understand the actions of these workers both by working conditions that they have, as the understanding of social imaginary surrounding them, which was built in the period of transformation of macrosocietária 70s of XX century. Finally, aims to reflect the corporate development Thus, the human being .

Key words: Social Welfare Policy. Capitalism. State. Neoliberalism. Being Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CAPÍTULO I - A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIABILIDADE HUMANA.	13
1.1. O NASCIMENTO DO HOMEM GENÉRICO.....	13
1.2. TRABALHO E O ADVENTO AO CAPITALISMO	17
1.2.1. Industrialização do Processo de Trabalho: Cooptação dos Saberes, um Instrumento de Alienação da Humanidade Sob a Gerência do Capital.	18
1.2.2. Estado, Comitê Gerenciador dos Assuntos da Burguesia e a Força da Mobilização Proletária.....	24
3. CAPÍTULO II - RESPOSTAS SOCIAIS DO ESTADO BRASILEIRO: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.	30
2.1. AS TRANSFORMAÇÕES MACROSSOCIETÁRIAS E O ESTADO NACIONAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL UMA POLÍTICA DO TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA.....	33
2.2. A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE O DIREITO SOCIOASSISTENCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO LULA.....	40
4. CAPÍTULO III - O DETERMINANTE “HUMANO” ENQUANTO TRABALHADOR/TRANSFORMADOR DA REALIDADE SOCIAL: COORDENADORES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIZAÇÃO DA PNAS.	47
3.1. NORMATIVAS LEGAIS NO COTIDIANO DO PROFISSIONAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEVER DO ESTADO, DIREITO DO CIDADÃO.....	52
3.2. POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A GARANTIA DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE: A NECESSIDADE DE REPENSAR A AÇÃO ESTATAL.	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICES	65
ANEXO	69

1. INTRODUÇÃO

A escolha sobre o objeto analisado dá-se a partir do interesse do pesquisador acerca das transformações macrosociedade incidentes sobre a expressão do trabalho na contemporaneidade, fato que afeta a todo ser humano, enquanto ser social. Por ter-se realizado estágio extracurricular no CRAS de Ivaiporã/PR durante três meses do ano de 2012 e ter-se tido contato direto com os grupos que frequentavam curso do programa de geração de renda, despertou-se a curiosidade de conhecer mais amplamente o serviço de promoção à integração ao mercado de trabalho, tendo como pano de fundo o olhar/conhecimento que o profissional coordenador do CRAS tem sobre o mesmo. E também, pela autora ser bolsista vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/Fundação Araucária/UEM, no último ano de sua graduação, com o projeto de pesquisa "A Reconfiguração do trabalho na sociedade contemporânea e as políticas sociais no município de Ivaiporã\PR", o qual desenvolve sob orientação da professora doutora Elizete Conceição Silva.

Todavia, a partir da leitura que será construída neste estudo buscar-se-á explicitar-se que os rebatimentos da reestruturação produtiva ocorrida na década de 70 do século XX, requereram posicionamentos – estatais – condizentes com as especificidades do momento. Destarte, parte-se do entendimento que as respostas do Estado frente às demandas presentes na contemporaneidade ocorreram de acordo com a expressão deste período histórico. (BOBBIO, 2004; IAMAMOTO, 1998).

Ao ter que trabalhar com a metamorfose da sociabilidade construída sob o imaginário social da centralidade do trabalho formal (1870 a 1970), a atuação do Estado fez-se transformada. A característica ocorreu em âmbito mundial e de maneira globalizada, acenando para expressivas mudanças no cerne de toda a organização da sociedade. (BOBBIO, 2004; BOURDIEU, 1996; HARVEY, 1993; SENNET, 2009).

Nesse sentido, ao se pensar na construção da realidade social deve-se ter em mente o papel do homem, enquanto determinante central de análise, pois segundo Lukács “[...] o fator subjetivo, resultante da reação humana [...] conserva-se sempre, [...] como um fator por vezes modificador e [...] até mesmo decisivo” (1978, p. 13) da sociabilidade.

No caso dos países considerados de economia periférica, as transformações ocorrem, em suma, posteriormente aos países imperialistas. Se tratando do Brasil, as transformações ocorrem expressivamente a partir da década de 1990, onde no período dos governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso foi consolidada a entrada da política *Neoliberal*, em consonância com os ditames dos organismos multilaterais atuantes na reestruturação macrossocietária do reordenamento produtivo do capital. (IAMAMOTO, 1998; POCHMANN, 2011).

Quando a regulação *Neoliberal* legitima espaço nacionalmente, vem também corroborar com a metamorfose da sociabilidade da população brasileira. Podemos entender a metamorfose quando analisa-se as respostas do Estado frente às expressões da questão social, sobretudo, pós década de 90, onde os rebatimentos das transformações em voga incidem significativamente sobre a realidade nacional, fazendo com que o agravamento da disparidade do econômico e do social alcançasse espaços preponderantes. (POCHMANN, 2011).

Neste cenário, vê-se diferenciáveis as ações estatais frente às novas expressões da questão social no país. A conjuntura abriu maior espaço para ferramentas legais, que embora presentes no texto constitucional desde 1988, conquistaram maior visibilidade no período tratado. Refere-se aqui, aos instrumentos legais voltados a promoção à integração ao mercado de trabalho, assegurados pelo Art. 203 da Constituição Federal de 1988, que trata da assistência social enquanto elemento da seguridade social – previdência social, saúde e assistência social – regulamentada pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Embora seja componente de uma das bases da seguridade social brasileira, o inciso III, do Art. 203 da Constituição Federal de 1988 – e inciso III, do Art. 2º da LOAS – abre indagações quanto à sua possibilidade de realização, pois apesar de ser um elemento fundamental o direito ao trabalho, torna-se dificultada a compreensão da realização, ou da promoção à integração deste, pela assistência social, que em algumas instâncias carrega o ranço historicamente legitimado de refugio social, tanto pelo usuário, quanto pelas outras políticas públicas, que sendo forjadas sob imaginário social carregam em si os desafios de legitimação positiva para a área socioassistencial, vista como ação oneradora do fundo público. (BRASIL, 1988; BATTINI e COSTA, 2007).

Sob os aspectos levantados e com subsídio dos dois primeiros capítulos do presente trabalho, onde o primeiro terá por objetivo discutir a centralidade da categoria trabalho para construção da sociabilidade e seus desafios construídos com a alienação do período capitalista e, onde o segundo terá como prisma a conquista e importância da política social no momento contemporâneo pela luta e resistência do trabalhador, construir-se-á no terceiro capítulo, com base na análise das falas dos Coordenadores do serviço de proteção social básica/CRAS¹ – dos municípios de Ivaiporã e Cruzmaltina, que compõem a região administrativa de Ivaiporã na divisão feita pelo Estado do Paraná – que é o local responsável pela realização do serviço de promoção à integração ao mercado de trabalho pelo viés da assistência social, o papel do trabalhador na reprodução social. (BRASIL, 2004; MARX, 1996). Também será utilizado como elemento de análise do trabalho o discurso da técnica do Escritório Regional de Ivaiporã (E. R.)/SEDS, responsável em assessorar os 15 municípios componentes da região administrativa de Ivaiporã, no âmbito da política de assistência social.

Os municípios escolhidos para entrevista foram: Ivaiporã, por ser o local de residência da autora do trabalho, ser o local onde se encontra o Campus Regional do Vale do Ivaí, e ser o único município de pequeno porte II² da região administrativa de Ivaiporã, que conta com mais 14 municípios de pequeno porte I. O outro município³ é Cruzmaltina, que foi escolhido no momento de minha entrevista ao Escritório Regional de Ivaiporã/SEDS, quando em questionamento sobre os desafios da efetivação da assistência social na região, a técnica responsável pela assessoria aos 15 municípios integrantes da região administrativa de Ivaiporã citou ser um avanço o trabalho realizado pelo do CRAS de Cruzmaltina.

A presente pesquisa justifica-se, por não haver estudos sistemáticos acerca da temática, o que se torna de grande importância já que a promoção à integração ao mercado de trabalho constitui-se direito do cidadão, objetivado pela Lei 8.742/93

¹ São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2004. p. 46).

² Município de pequeno porte II até 3.500 famílias em situação de vulnerabilidade referenciadas ao CRAS. Maior informação em: NOB/2005.

³ A escolha do município de Cruzmaltina se deu também pelo fato de a outra opção (Borrazópolis) estar inacessível no período das entrevistas pelo fato de mudança de estrutura física do Cras.

Lei Orgânica da Assistência Social, que se faz executada dentro da Política Nacional de Assistência Social.

Contudo, a leitura do presente trabalho não possui a pretensão de falar sobre um panorama da realidade da região, até porque seria inviável a partir da leitura de apenas dois municípios. A busca está em indagar, ou contribuir, com a indagação sobre a ação do trabalhador responsável pelo serviço de promoção à integração ao mercado de trabalho – pela ótica da Política de Assistência Social. Este, um elemento para análises futuras, que deverão conceber de forma mais profunda, o homem, como instrumento e sujeito de transformação da realidade.

O presente trabalho pautar-se-á na leitura metodológica de Minayo (2009) e Orlandi (200), para a construção de uma análise que possa contribuir com a reflexão sobre a realidade. A pesquisa realizada terá viés qualitativo, por entender que “[...] *ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]*.” (2009, p. 21). O que corrobora e caminha na mesma direção adotada no desenvolvimento do trabalho, onde se busca resgatar a importância do homem como elemento central da sociabilidade.

Segundo Minayo:

[...] a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. (2009, p. 15).

Assim, a leitura realizada no presente trabalho dar-se-á sob o olhar da teoria social crítica, a fim de analisar de forma dialética a localidade da Região Administrativa de Ivaiporã/PR inserida numa estrutura macrossocial, visando contribuir para com a reflexão e a proposição da organização não apenas dos serviços socioassistenciais, mas também sobre a atuação do Estado frente à questão social expressa sobre o ser social, que constrói a sociabilidade.

2. CAPÍTULO I - A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIABILIDADE HUMANA.

A discussão sobre a categoria “trabalho” possui diferentes compreensões, enraizadas ao longo da história. Um exemplo claro pode ser visto através do olhar do cristianismo, que por muito tempo atribuiu ao trabalho o significado de salvação e castigo, sentido este que mudara na idade média, onde o mesmo fora tratado enquanto virtude, como se vê com são Thomás de Aquino. (ANTUNES, 2005).

É a partir da teoria social crítica de Marx no século XIX, que a categoria trabalho passou a ser analisada também enquanto base central de formação do gênero humano e de sua sociabilidade. (ANTUNES, 2005). Portanto, torna-se imprescindível o referencial da teoria social crítica para a leitura da realidade com a discussão que se pretende travar no presente capítulo, ou seja, a centralidade do trabalho como protoforma da sociabilidade humana.

Para Marx (1996) o trabalho constitui-se eixo central na vida humana, sendo através do mesmo possível ao homem diferenciar-se dos outros primatas. Nas palavras de Lukács o homem é “*o animal tornado homem através do trabalho*” (1978, p. 5). A categoria seria também formadora do social, uma vez que para legitimação da característica humana sejam as relações sociais indispensáveis, no sentido de construção/transmissão/compartilhamento/continuidade/troca de conhecimentos e mecanismos de sobrevivência.

1.1. O NASCIMENTO DO HOMEM GENÉRICO

É a partir da relação “Natureza-Trabalho-Natureza” que se dá a transformação da “Natureza” – terra, água, ar, fogo, outros homens, animais, etc – para a construção das condições necessárias para a sobrevivência do homem. (MARX, 1996).

O trabalho aparece, desta forma, como o responsável por criar processos desencadeadores de habilidades inerentes a espécie humana, o que também a distanciou da condição animalésca primária, levando-a a uma característica diversa de seus parentes mais próximos geneticamente, os macacos. Para tanto, Marx (1996) define que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla

seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria Natureza. (1996, p. 297).

Seria por meio do trabalho que o homem constituiu sua unicidade enquanto espécie, ou seja, seria pelo trabalho que a raça humana faz-se diferenciada dos outros primatas que não possuem a característica em sua gênese. Assim, faz-se consenso na leitura marxiana que o trabalho foi o meio responsável por desenvolver especificidades no homem, que desencadearam a autonomização para sobrevivência pessoal e coletiva da raça. (ALVES, 2012).

Entende-se nesse sentido que característica⁴ teria impulsionado uma formação peculiar de mecanismos garantidores do desenvolvimento da espécie. Para Lukács (1978), o trabalho aparece como construtor e fruto de elementos decorrentes do processo de transformação da “Natureza”, onde o desenvolvimento da consciência se faz intrínseco.

Seria então, a categoria trabalho, responsável pelo desenvolvimento da consciência que sendo construída enquanto elemento teleológico mostrar-se-ia unívoca à espécie humana. (LUKÁCS, 1978). Sob essa perspectiva, entende-se o elemento teleológico como um conjunto de elementos heurísticamente organizados formados pelo entendimento e relação dialética do trabalho humano na transformação da “Natureza”.

Desta maneira, sabendo que o conhecimento das características fundantes do homem faz-se necessário para uma construção teleológica coerente sobre a categoria trabalho/humanidade, apontar-se-á aqui uma breve elucidação sobre os elementos estruturantes que compõem o objeto analisado.

A construção teleológica supracitada desenvolver-se-ia sobre elementos intrinsecamente concebidos, onde dentre outros a linguagem faz-se presente como elemento estruturante. Para a leitura social crítica a linguagem foi e é responsável por mediar à comunicação entre os homens, o que resultou no processo de

⁴ Ao utilizar este termo, objetivo deixar claro a compreensão de que o trabalho tal qual venho explanando é uma característica inerente ao ser humano. Portanto, ao trabalhar “característica”, estarei referindo-me ao trabalho entendido como fundador da humanidade segundo a teoria social crítica.

objetivação e mais tarde na consolidação de uma sociabilidade humana, ou nas relações sociais. (LESSA, 1996).

Para Lessa (1996), a linguagem, a objetivação e as relações sociais, são características estruturantes para constituição do homem. As mesmas seriam fruto da capacidade teleológica, a qual a partir do entendimento dos nexos causais da realidade o homem passaria a transformar sua vida pessoal e social por meio do trabalho.

A linguagem, como eixo de formação e garantia da espécie humana constituir-se-ia elemento responsável pela comunicação entre homens, sendo necessária para a troca e transmissão de conhecimentos firmados sobre a dialética transformação da natureza, ou mais propriamente, o trabalho.

A objetivação, outro eixo determinado(ante), seria a capacidade teleológica de construir mentalmente uma ação que ainda não fora realizada em matéria, a partir da apropriação do entendimento da realidade posta. Tal elemento seria responsável pela heurística internalização/externalização da “Natureza” segundo a compreensão da realidade, o que o configuraria como elemento de constante modificação, por ser a própria dialética.

As relações sociais seriam também formadas(oras) pelo conjunto de elementos da categoria trabalho, fazendo-se presente no homem que constrói sua humanidade em contato com a “Natureza” de maneira que esta ação torne-se eixo facilitador dos meios de manutenção de sua vida. Ou seja, seria por meio da articulação entre homens que visam garantir sua vida que a sociabilidade seria construída.

Alves demonstra a fundamentação do fenômeno quando diz que a construção do homem é:

[...] um intercâmbio consciente preenche de racionalidade com respeito aos fins e aos meios. A consciência é a determinação reflexiva da categoria trabalho, pois sem ela não haveria trabalho humano. A consciência como prévia-ideação pressupõe, por outro lado, um complexo lingüístico que habilita a espécie homem a desenvolver a capacidade de abstração e, portanto, de comunicação complexa, articulando fala, signos lingüísticos e estruturas sintático-gramaticais inerentes. [...] Ao se abstrair do cerco imediato da Natureza, o homem conseguiu projetar seu devir humano-genérico, constituindo formas técnicas de virtualização de si e do mundo social. Projetou não apenas instrumentos de trabalho adequados para uma intervenção prático-social na Natureza, mas elaborou formas complexas de consciência do mundo e de si próprio. (2012, p.3-4).

Desta maneira, segundo a leitura da teoria social crítica, a categoria trabalho existiria como relação de transformação da natureza por meio do homem, com técnicas ou meios de trabalho, objetivadas pela humanidade, sendo responsável, não somente pela construção das necessidades básicas inerentes à manutenção da vida, como também pela construção do ser social e de sua sociabilidade.

O trabalho tal como fora aqui exposto mostra-se pela sob a leitura exposta, categoria central para o homem enquanto produtor de humanidade, mas há que o diferenciá-lo em sua trajetória histórica, quando pensado em sua legitimação em sociedade. MARX (*apud* ALVES, 2012) destaca que o trabalho, tal qual trata-se até o momento constitui-se *trabalho concreto*, pelo fato de ser inerente ao desenvolvimento/existência do homem.

O *trabalho concreto* constituir-se-ia então, pelo agente transformador do meio (homem), suas técnicas de transformação da natureza (instrumentos e saberes derivados da objetivação) e o material a ser transformado, ou seja, matéria-prima (Natureza). (MARX, 1996).

Entretanto, houve-se falar na contemporaneidade sobre uma possível “crise do trabalho”², levantada por autores³ que questionam a centralidade do trabalho defendida pela teoria social crítica, o que tenta colocar em xeque a importância da característica para manutenção da sociabilidade humana. Igualmente, a teoria da crise encontra-se na contramão do caminho aqui traçado, caminho por onde a construção da característica trabalho aparece como eixo central (MARX, 1996) não apenas para garantia da sociabilidade, mas explicitamente para continuidade da espécie humana.

Indaga-se, se que o que há por parte do questionamento da centralidade do trabalho na era contemporânea não seria o equívoco de entender que o *trabalho concreto* elemento defendido pela teoria social crítica como fundador do homem e de toda humanidade seria o mesmo que *trabalho abstrato* (ALVES, 2012) criado pelo trabalho do homem num específico momento da uma organização social, chamado capitalismo.

² Ver: ANTUNES, Ricardo. A crise da sociedade do trabalho: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho?. *In*: O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2005. p.23-39.

³ *Ibid.* 2.

Ora, pois, se é o *trabalho concreto*, segundo a leitura apresentada, elemento constitutivo do ser humano em sua completude ontológica⁴ (LUKÁCS, 1978), não há como negá-lo. Já o *trabalho abstrato*, que fora criado pelo desenvolvimento dos meios de organização da sociedade na era capitalista, não poder-se-ia afirmar o mesmo. Sendo este, um fenômeno criado teleologicamente pela humanidade estará sempre em processo de transformação, o que de fato, não garante-lhe segurança alguma. Pois, como dito anteriormente, a objetivação seria responsável por causar uma constante mudança, tanto no homem, quanto em seu meio externo, seja ele a “Natureza”, seja ele um produto dela, como o é, a sociabilidade.

1.2. TRABALHO E O ADVENTO AO CAPITALISMO

Com o advento da sociedade capitalista a categoria “trabalho” tornar-se-ia mistificada para o homem – leia-se não somente ao proletário que vende sua força de trabalho para sobreviver, mas também ao capitalista que sendo parte do processo histórico também tem sua consciência alienada⁵ da totalidade – sua ontologia trabalhada por Lukács, como início da consciência a partir do trabalho enquanto transformação da “Natureza” sofreria o que Marx (*apud* ALVES, 2012) chama de *subsunção ao capital*.

A *subsunção ao capital* forjar-se-ia pela inversão dos valores naturais – entendidos como essenciais ao homem – próprios da era capitalista, onde as necessidades de primeira ordem como, comer, beber, vestir-se, relacionar-se, abrigar-se e reproduzir-se seriam submetidas à lógica mercantilizada do capital, passando a serem determinadas por regras sociais peculiares do sistema, o que também produziria sob alguns aspectos o distanciamento no ser humano de sua consciência histórico-natural. (ALVES, 2012; MARX, 1996)

Sob a análise da teoria social crítica, e a partir da leitura que se vem construindo constata-se que a sociedade capitalista seria responsável por mistificar

⁴ Pode ser entendida como o desenvolvimento do homem desde seu primórdio mais primitivo animalesco até sua forma humana, formada através da linguagem, da consciência e relações sociais.

⁵ Alienação é um termo adotado pelo marxismo, utilizado para designar o estranhamento do homem sobre dada realidade, ou produção da humanidade. A alienação das produções da humanidade seria um dos eixos centrais de dominação do homem na sociedade capitalista, que firmaria seu desenvolvimento na expropriação da consciência do homem no sentido de produzir a mistificação sobre a exploração ocorrida frente à força de trabalho do proletariado em favor do benefício de uma minoria capitalista que deteria os meios de produção. Ver Lukács, 1978.

no ser humano, sua consciência histórica sobre as produções da humanidade, o que de fato não aconteceria de uma só vez, mas aumentaria gradativamente e consolidar-se ao longo do processo histórico. De fato, a historicidade obscurecida na era capitalista proporcionaria entre tantas questões a alienação do homem quanto sua totalidade histórica. (ALVES, 2012).

1.2.1. Industrialização do Processo de Trabalho: Cooptação dos Saberes, um Instrumento de Alienação da Humanidade Sob a Gerência do Capital.

Se anterior ao capitalismo industrial o trabalhador possuía o controle e o conhecimento sobre o processo de produção, com a industrialização esse processo foi alterado. Aspecto determinante para isso foi a cisão da sociedade entre duas classes – burguesia e proletariado. A burguesia, detentora dos meios de produção no período e, portanto do poder, usaria de sua posição para explorar o proletariado, dono apenas de seu corpo, que seria alugado aos capitalistas em troca de uma quantia ínfima para sobreviver, o salário. (MARX, 1996; ENGELS e MARX, 2008).

Para Braverman:

Desde tempos imemoriais até a Revolução Industrial o ofício ou profissão qualificada eram a unidade básica, a célula elementar do processo de trabalho. Em cada ofício, admitia-se que o trabalhador era senhor de um acervo de conhecimento tradicional, e dos métodos e procedimentos que eram deixados a seu critério. Em cada um desses trabalhadores repousava o acumulado de materiais e práticas pelas quais a produção era realizada no ofício (2011, p. 100).

Explicita-se, portanto, que a categoria trabalho sofre maior mistificação quando o sistema capitalista configura-se enquanto industrial, quando o homem passa a vender sua força de trabalho, sobretudo, quando o faz no interior de fábricas geridas por regras e sistemas capazes de cooptar do trabalhador seu conhecimento sobre ofício, alijando-o no final da produção de seu produto e distanciando-o das produções da humanidade. (BRAVERMAN, 2011).

A organização do processo produtivo no capitalismo, conhecida como taylorismo, tem seu marco inicial no fim do século XIX. Esta teve como primazia a sistematização de uma gerência científica do processo de trabalho que se afere sobre a seleção de trabalhadores por diferentes tipos de trabalho, esvaziando o mesmo do saber do processo de produção, por meio da fragmentação de fazeres, impondo o sistema de cronometragem para melhor expropriação do trabalho e da

produção. A lógica torna-se responsável pela monopolização dos saberes da produção sob as mãos de um gerente responsável em fiscalizar regras e selecionar funcionários. (BRAVERMAN, 2011).

Tal ciência introduziu-se, de fato, no processo de produção capitalista a partir do século XX, quando as empresas Ford/fordismo criaram a padronização do trabalho e das mercadorias por meio do sistema de esteira, que em pouco tempo tornaram-se veias capilares da indústria mundial. (HARVEY, 1993).

O fordismo foi responsável pela implantação da esteira rolante no processo de produção sob os ditames da gerência científica. Foi também responsável por desenvolver a produção mais rapidamente, o que contribuiu para o distanciamento ainda maior do trabalhador da consciência de seu produto final, já que estando parado em frente à ágil esteira rolante ele não pôde ter acesso a nenhum percurso da transformação do objeto e nem da totalidade ao final da produção⁶. (BRAVERMAN, 2011).

Em 1914, marco do início da Primeira Guerra Mundial, as fábricas de montagem de automóveis Ford encontravam-se em suma padronizadas com as esteiras rolantes, trazendo grande desaprovação aos trabalhadores que sentiram-se mecanizados e dependentes das regras de organização impostas pelas montadoras. (HARVEY, 1993).

De acordo com Harvey (1993), com a finalidade de controle total sobre o trabalhador, Ford enviou em 1916 assistentes sociais aos lares dos trabalhadores para que estes “ensinassem” os mesmos a melhor forma de gastarem seu dinheiro e tempo livre, uma das propostas aos funcionários era a produção de alimentos básicos em suas próprias casas, como exemplo indicavam o plantio de hortas. A tática, porém, não obteve sucesso e aboliu-se. Contudo, a intenção de controle mostrara-se às claras, pois se a produção objetivava moldar o trabalhador, também tentou o fazer sobre sua família e sociabilidade.

Ressalta-se que a entrada do fordismo na produção mundial não se deu de forma homogênea no universo dos países industrializados. Este só ganhou

⁶ Tal elemento não deve, todavia, ser olhado de forma endógena, pois não se trata de um elemento despreendido do sistema, mas um produto do mesmo, que deve ser analisado dentro de sua totalidade. Assim, ainda que seja um elemento com características negativas, não se pode negar aspectos positivos como o desenvolvimento tecnológico produzido pela humanidade, a crítica deve estar em como se organiza e se distribuem as produções humanas no período capitalista e não propriamente nas produções.

“simpatia” em alguns destes países após a crise de 1930, causada pela falta de produtos frente à demanda existente no mercado, vindo a consolidar-se apenas em 1945 enquanto melhor resposta às necessidades do mercado, criando o que Harvey (1993) denominou de *período de expansão do pós Guerra* (1945) que iria até 1973, onde a crise do petróleo e os rebatimentos da reestruturação produtiva levariam a uma nova organização da sociabilidade.

A demanda de específicas respostas à recente reestruturação da expressão da organização capitalista acolhe como respaldo às necessidades vigentes a entrada numa era flexibilizada. Desta maneira, grande parte do mercado mundial, adota como possível resposta às questões latentes, o modelo normativo gestado no interior da Nova Itália, tomado por produção/acumulação flexível. (HARVEY, 1993).

A produção flexível propunha um novo tipo de produção e acumulação, servindo como opção para a crise, para organização da reestruturação produtiva, para o mercado e para o consumo. Posteriormente a organização viria a ser articulada às características de um novo do modelo produção emergente, o toyotismo, onde não apenas o processo de produção seria alvo de modificação, mas também o trabalhador, que recebeu o ônus de carregar os percalços dos períodos de mudança. (HARVEY, 1993).

O período ficou também conhecido pela Revolução Tecnológica, que possibilitou um salto quantiquantitativo na produção de conhecimentos e técnicas científicas, que corroboraram para a disseminação e capilarização do novo padrão social por meio de uma rede informacional conectada e globalizada. (HARVEY, 1993).

Entretanto, se na fase anterior – taylorismo/fordismo – o trabalho constituiu-se pilar da produção e do desenvolvimento do capital e da sociabilidade do cidadão, no que se refere ao grande número de trabalhadores formais necessários para manutenção da produção, na fase posterior, ou modelo flexível/toyotismo, este deixa de ser tomado como elemento central para encontrar no imaginário social *status* diferenciado. (ALVES, 2012).

Dentre outras questões, o toyotismo, traz para o processo de produção o emprego vitalício para uma pequena parcela dos trabalhadores, fazendo com que empregos formais se tornem cada vez mais difíceis de ser encontrados; o sistema *just in time*, onde as mercadorias devem ser produzidas o mais rápido possível, sem a preocupação com a qualidade da mesma ou com o serviço exigido pelo

trabalhador; pela precarização do trabalho, onde homens voltam o maior tempo de suas vidas tentando produzir o mais rápido e melhor possível, para não serem substituídos por outros; pela desarticulação dos trabalhadores, sendo esta uma questão quase inviável perante às punições levadas pelos patrões; e por um incalculável número de homens que não encontram postos de trabalho, mesmo que em casos, estejam extremamente capacitados para o serviço. (ANTUNES, 2011).

No período do modelo de produção acenado a expropriação da força de trabalho do trabalhador mostrou-se diferente do legitimado no modelo fordista/taylorista. A organização toyotista requiz do trabalhador não apenas sua força de trabalho física, mas também as produções de sua mente. Houve uma transformação da captura mecânica para a captura mecânica, mental e subjetiva do trabalhador. (HARVEY, 1993).

Igualmente, o período revelou um peculiar excedente de homens desempregados; seja pela entrada da tecnologia e maquinários que tomaram o espaço de trabalho de trabalhadores, causando a diminuição dos salários e precarização das condições de trabalho em grande escala; seja pela reformulação e nova regulação do trabalho; seja pela forte presença do capital financeiro em âmbito global, fruto das grandes fusões do início da era monopolista, que criam o lucro a partir da mais-valia e que por isso diminui postos de trabalho; seja pela adoção do *Neoliberalismo*, que entre tantos elementos traz como resposta à crise a desregulação dos direitos trabalhistas, ocasionando a precarização do emprego e a informalidade; seja pelo aumento demográfico e expectativa de vida, resultado do avanço da ciência e da medicina. (ANDERSON *et al*, 1995; HARVEY, 1993).

Ao mesmo tempo um déficit em aquisição de mercadorias fez-se presente à grande parcela da população, que passou a ter lesado seu consumo por não conseguir acompanhar o novo sistema de produção baseado na rápida produção e giro de mercadorias. A situação não gerou apenas desigualdade de acesso a bens de caráter necessário para a inclusão/manutenção do indivíduo no âmbito pessoal e social, mas também tornou as necessidades sociais que foram criadas e legitimadas na fase anterior cada vez mais longe de serem sanadas por aqueles que estando alijados do trabalho formal encontram dificuldade em acessar os novos mecanismo. (CASTEL, 2012; LIPOVETSKY, 2007).

Todavia, com as novas formas de responder às necessidades criadas do decorrer do desenvolvimento capitalista, a gestão da produção foi reformulada

transformando o fazer do trabalhador e de toda lógica da esfera social, principalmente ao que se refere à construção do imaginário social⁷ sobre a totalidade histórica e sobre a consciência da centralidade da categoria trabalho explanada pela teoria social crítica. (BOURDIEU, 1996; HARVEY, 1993; MARX, 1996).

No toyotismo, assim como no taylorismo/fordismo, a regulação da economia, do social, do político e o próprio modo de consumo fora reformulado criando um ciclo próprio de sustentação para o capital, sob as bases reguladoras e compositoras da sociedade no período histórico. Assim, a reconfiguração do sistema trouxe no pós 1970/80 nova forma de organização da sociabilidade. (HARVEY, 1993; LIPOVETSKY, 2007).

Na era do toyotismo, o mundo viu emergir o processo de globalização de mercadorias, do capital, da produção, do ordenamento do imaginário pessoal e social, expressões da questão social e novas formas de respostas reguladoras do quadro social por parte do Estado⁸, que trabalha sob os ditames da ordem *Neoliberal*. Segundo Antunes, este momento:

Trata-se [...] de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (2000, p.38).

Assim, se não são todos os trabalhadores que vêm no trabalho estas adversidades que para alguns se revela como um verdadeiro martírio, pela precarização estrutural ou social que este vem passando, pode-se arriscar a dizer que todos, mesmo que não estando conscientes sofrem o desgaste para manterem-se empregados em qualquer que seja o trabalho.

Esta época firma-se em uma constante concorrência na busca de um posto de trabalho, onde o indivíduo consiga alcançar seu sustento pessoal, familiar e

⁷ Trata-se imaginário social sob a perspectiva de Bourdieu, onde entende-se que a construção da identidade, da mente do indivíduo aconteça vinculada ao seu meio social. Ver em: BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

⁸ Para Rousseau o Estado é o contrato social firmado entre os homens a fim de garantir a construção de uma sociabilidade entre os mesmos. Fato que coloca o povo como poder soberano frente o Estado e os representantes do povo, que seriam os porta vozes da vontades da maioria. Ver em: Nascimento, 2006.

social, o que o faz muitas vezes ter de aceitar qualquer forma de trabalho, a fim de prover seu sustento. Há também a constante insegurança daqueles formais que vivem à sombra do pesadelo da concorrência pela vaga que faz-se sua, e que no entanto, não deixa de ser visada e buscada pela concorrência de outros trabalhadores. (CASTEL, 2012).

A lógica flexível leva, como refugio ao trabalhador, a entrada em empregos informais⁹, onde o homem dificilmente consegue subsídios dignos para manter-se biológica e socialmente. Ainda segundo Castel (2012), o recurso da informalidade seria capaz de inserir o homem economicamente, contudo, estaria longe de integrá-lo socialmente, pois sob as bases construídas socialmente pelo/ no imaginário social, marcado pelo taylorismo/fordismo, o trabalho formal ainda ocuparia espaço central quando tratado da constituição do cidadão enquanto componente aceito pela sociabilidade. (BOURDIEU, 1996).

Dessa maneira, é no momento do capitalismo conhecido como era flexível/toyotismo, sob a regulação *Neoliberal*¹⁰ que o homem vê-se mais espoliado de sua totalidade humana. Pois o trabalho para ele revela-se mais que em qualquer outro momento, um peso, e não uma característica inerente a sua base constitutiva enquanto ser natural-social.

Nessa conjuntura em que a precarização do mundo do trabalho revela-se uma constante presente em todo o mundo e onde a realidade social aparece cada vez mais fragilizada pela real expropriação da vida do homem sob a forma de tentativas de deslegitimação e negação da necessidade da força de trabalho humana para a manutenção e garantia da sociabilidade, é que nasce a necessidade de novas expressões de reguladores sociais incumbidos em proporcionar segurança à sociabilidade. (SPOSATI *et al*, 2010).

⁹ A informalidade aparece mais forte na década de 70, quando a crise gera um excedente de desempregados que necessitam de vender sua força de trabalho para sobreviver e que não encontram vaga em setores formais de trabalho. Assim, o que era para ser uma resposta temporária a uma demanda que deveria dentro em logo ser reabsorvida pela formalidade, passou a ser a regularidade expressa de quase 40 anos de falta de segurança social para uma parcela cada vez maior de trabalhadores. Ver: Castel, 2012.

¹⁰ O *Neoliberalismo*, modelo de regulação econômica, tem seu marco inicial em 1970 com Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, a organização prega como meio para o sucesso econômico o enxugamento do orçamento público e a concomitante minimização do Estado, sobretudo no que se refere à área social, que é tida pela ideologia do neoliberalismo como gasto oneroso do desenvolvimento econômico e por isso, do desenvolvimento social. Ver: Anderson *et al*, 1995.

De fato é também nesse período onde se constata a emergência de novas expressões a relação capital/trabalho, que o Estado, ora tido pela ideologia liberal como ator voltado para as necessidades do capital, ora visto pela socialdemocracia como voltado também para o trabalhador, vez que *“a mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX.”* (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 63), reformula suas ações.

1.2.2. Estado, Comitê Gerenciador dos Assuntos da Burguesia e a Força da Mobilização Proletária.

O não acesso a condições mínimas de sobrevivência é um fato historicamente conhecido, assim como também o são, as ações aferidas sobre a pobreza. Destarte, com o advento da sociedade capitalista a pobreza recebeu maior espaço e visibilidade perante a sociedade, o que contribuiu para construção de roupagens conceituais sobre sua causa e efeito possibilitando estudos e discussões responsáveis em embasar as respostas instituídas legalmente ao fenômeno. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007; BOBBIO, 2004).

A questão, porém, não se deu de maneira tão simples quanto aparenta. A pobreza existente na longa história da humanidade apresentou-se de forma demasiadamente diferente na era capitalista, sobretudo, a partir do período industrial no século XIX, onde, como visto no capítulo anterior, configurou-se uma forma de produção extremamente diferente se comparada à estrutura anterior, o feudalismo. (BRAVERMAN, 2011).

Com o processo de produção capitalista, a sociedade passou a ser gerida pela organização da gerência científica do trabalho e cooptação dos saberes do trabalhador, o que tornou o homem alienado da processualidade produtiva na transformação da Natureza, ocasionando o afastamento da consciência da totalidade histórica. (BRAVERMAN, 2011).

Neste contexto, a pobreza que por determinado período histórico fora entendida como não acesso a bens inevitáveis para manutenção biológica da vida, sofreu um salto ontológico, passando a incidir também sob consciência do homem, que passou a ser forjada com a alienação referente à contemporaneidade. (LUKÁCS, 1978).

Tal característica é confirmada em Marx (1996), quando se reporta à divisão-sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista, onde o trabalhador seria espoliado do conhecimento sobre o processo de produção, sendo também distanciado de seu produto final, o que torna mais pobre que em outras épocas.

A expressão do agravamento da pobreza na esfera social teve como consequência a transformação do quadro social, que fora gerido sob o prisma das relações de forças antagônicas, ocasionadas pela expropriação da força de trabalho do proletário pelo capitalista. Neste cenário, o aparelho do Estado tendeu a intervir como forte regulador do/para o social, o que contribuiu não apenas com a normatização da ordem, mas também para o remodelamento de toda a sociabilidade. (BOBBIO, 2004; SPOSATi, *et al*, 2010).

Para Bobbio (2004), esse seria um período de transição, próprio dos determinantes de um processo histórico, que cria respostas após serem apresentadas as demandas. Ou seja, a peculiar configuração do Estado na contemporaneidade seria resposta a uma necessidade criada num específico momento da humanidade, onde o homem e o social deveriam ser encarados em suas peculiaridades, o que refutaria ações estatais que poderiam vir a ser travadas em períodos anteriores e o que legitimaria as ações do Estado capitalista. Segundo o autor:

[...] características da formação do Estado Moderno ocorrida na relação entre Estado e cidadãos: passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente do ângulo do soberano, e sim daquele do cidadão em correspondência com a afirmação da teoria individualista da sociedade em contraposição à concepção organicista tradicional [...]. (BOBBIO, 2004. p. 2-3).

Seria então, assumindo o papel de mediador e/ou minimizador da desordem gerada no período de mudança societária do feudalismo para o capitalismo, onde a pobreza revela-se uma expressão latente, que o aparelho estatal teria objetivado ações diferenciadas quanto à organização estrutural, humana e social, dando início a uma nova sociabilidade. (BAUMAN, 2005; BOBBIO, 2004).

Sob a análise do trabalho e, portanto, das relações de produção, o Estado¹¹, enquanto regulador da sociabilidade tornou-se mais presente na relação entre

¹¹ Teria sido incumbido ao Estado, que segundo Marx, é o comitê gerenciador dos assuntos da burguesia, manutenção da ordem para garantia de condições favoráveis ao desenvolvimento do capital. Ver: Engles; Marx, 2008.

proletário e capitalista. De acordo com Hobsbawm (2000) emerge também no período um elemento intrínseco ao modelo capitalista, que deve ser entendido como fator propulsor ou possibilitador do embate e da resistência, por parte do trabalhador, a consciência de classe.

O processo de produção inerente a sociedade contemporânea objetivaria no momento, da citada cisão entre classes, a consciência política nos sujeitos sob seu lugar na divisão alicerçada sobre estrutura capitalista. Ao se depararem na condição de explorados, os trabalhadores se reconheceriam enquanto semelhantes e ao se verem como exploradores, os capitalistas também se reconheceriam numa relação de reciprocidade produtiva. (HOBSBAWM, 2000).

Todavia, a consciência de classe pode ser entendida como característica contribuinte à existência de defesa de lugares e posições sociais, sobretudo, ao que se refere à esfera de lutas e garantias de direitos, haja vista que segundo Bobbio “[...] *a liberdade política e as liberdades sociais* [...]” advêm “[...] *do nascimento, crescimento e amadurecimento dos movimentos dos trabalhadores assalariados* [...]” (2004, p. 5), próprios do sistema capitalista. (HOBSBAWM, 2000).

O movimento dos trabalhadores assalariados, fruto da consciência de classes, constituiu-se um forte ator para construção da esfera dos direitos no capitalismo. Com berço na França no fim do século XIX, o sindicalismo, foi forjado não apenas pelo embate e resistência à exploração do capitalismo, mas também caminhou por períodos de braços dados com o partido socialista, que no período lutava explicitamente pela superação da estrutura produtiva. (HOBSBAWM, 2000).

Assim, ainda que se sob a análise de Sposati *et al*, as ações do Estado contemporâneo pautar-se-iam mais em oferecer respostas “[...] *face aos impactos destrutivos que a desigualdade extrema produz* [...]” (2010, p. 35-36), do que na preocupação com o bem estar social, as respostas ao trabalhador revelam-se conquistas sociais. (HOBSBAWM, 2000).

A pressão da classe trabalhadora, que obrigou o aparelho estatal em meio à reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, com acordos, greves, paralisações e etc, mesmo que não tenha alcançado a superação do sistema, objetivou conquistas interessantes. Como exemplos têm-se o alcance de menor tempo de jornada de trabalho e a implantação do seguro social, que apesar de ser

considerado um grande desarticulador de lutas sindicais, por militantes da esquerda ortodoxa, proporcionou ao trabalhador formal e sua família relativa segurança em momentos de adversidade, como nos tempos de moléstias. (SPOSATI. *et al*, 2010).

Ao entrara em cena para exigir melhores condições de trabalho, o movimento dos trabalhadores assalariados, pressionando, o *comitê gerenciador dos assuntos da burguesia* a responder ao social sob a óptica de algumas necessidades básicas do proletariado, mostrou também existência de uma consciência de necessidade de reciprocidade para manutenção do sistema, por parte da classe exploradora/burguesia. Apesar de ser mecanicamente frio, evidenciou-se o conhecimento do capitalismo em entender que há limite a ser respeitado quanto à exploração. (ENGELS e MARX, 2008; SPOSATI. *et al*, 2010).

A expressão da pobreza na era contemporânea recebeu então, por tudo o que se vem tratando uma nova forma de enfrentamento e até mesmo de entendimento. Se até o século XIX, a organização e a mobilização do movimento dos trabalhadores assalariados, tinha obtido apenas aos trabalhadores formais e suas famílias acesso a algum tipo de seguro social, com as mudanças de organização do processo de produção, as grandes Guerras Mundiais, a dominação do mercado financeiro, a entrada de maquinários e tecnologias substituindo mão-de-obra humana, respostas mais amplas tiveram de ser levadas para que não houvesse uma cisão entre o “pacto proletários e exploração burguesa”, que causaria o fim do sistema.

O seguro social desenvolvido a partir de 1883 na Alemanha, onde Otto Von Bismarck, em meio a grandes mobilizações do proletariado inaugura o seguro-saúde nacional obrigatório a algumas categorias de trabalhadores, como forma de calar o trabalhador, desmobilizando em muito o movimento sindical, deixou de ser a forma mais adequada de resposta ao social por parte de regulação estatal em pouco tempo. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Se por dado momento histórico obtinham proteção social apenas os trabalhadores formais, os contribuintes, que por terem emprego podiam ter acesso a algum benefício. Com as mudanças no cenário do trabalho apresentado no capítulo anterior, que acontece desde taylorismo/fordismo até a flexibilidade da era toyotista, o Estado e suas respostas para com a área social também sofreram modificações. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Houve também, nesse contexto, a inviabilização da sustentação do seguro contributivo como meio mais eficaz e de maior alcance para proteção social e a consequente estabilidade social, o que fez surgir novas maneiras de atender a esfera social. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Devendo repensar as respostas aferidas à área social a fim de regular a sociabilidade vigente coube ao aparelho estatal idealizar mecanismos condizentes com a nova realidade expressa. Segundo Sposati “*para o Estado, a ação compensatória tem um uso político que se expressa na viabilidade de tutela e na demonstração da face humanitária do capitalismo*” (2010, p. 32), fator que legitima a continuidade da organização capitalista, sob a disseminação da ideologia de ser este um sistema preocupado com o social.

Sob o aspecto de prever e/ou antecipar possíveis conflitos sociais gerados pela expressão da pobreza capitalista, surge em 1942, na Inglaterra, o Plano Beveridge como uma nova forma de resposta ao social. Este teve a sua origem vinculada ao diagnóstico social intitulado “Relatório da Minoria sobre as Leis dos Pobres” realizado na Inglaterra entre 1905-1909 que tratou “[...] *sobre a inefetividade e fundamentos equivocados das leis do pobres [...]*” (2012, p. 11), onde foi constatado pela primeira vez a responsabilidade da realidade social sobre a pobreza, e onde foi questionada a primazia culpabilizadora do indivíduo perante sua situação de pobreza. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007; KERSTENETZKY, 2012).

Pela primeira vez no cenário dos direitos houve uma segurança social voltada não apenas ao trabalhador formal, contribuinte obrigatório, mas também às vítimas da extrema pobreza, que não empregadas não possuem meios para prover seu próprio sustento. O Plano Beveridge aparece na Inglaterra como uma possível resposta às mazelas da questão social criada pelo capitalismo, inaugurando um modelo de *Welfare State*, responsável por colocar ao Estado pela primeira vez à obrigação em prover o mínimo social ao indivíduo que deve ser trabalhado sob a óptica do plano com intuito de ampla cidadania, ou seja, acesso do cidadão a direitos econômicos, políticos e sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007; MARSHALL, 1967; KERSTENETZKY, 2012).

A adoção do plano de segurança social, juntamente com o sistema de seguro social, foi um mecanismo capilarizado entre países de capitalismo avançado, principalmente após a crise de 1930, onde a economia entrou em recessão e a questão social ganhou novas roupagens. Contudo, não foram apenas os dois

modelos evidenciados existentes no período. A realidade estrutural de cada país requiz suas especificidades trabalhadas. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Ainda que tenha havido uma uniformidade em dar respostas ao social, estas respostas não se fizeram unívocas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a resposta à crise deu-se por um *Welfare State* pautado na política do *New Deal keyneisiano*, iniciado em 1935, onde diferente do modelo inglês, que visava um padrão digno de vida sob viés da garantia de cidadania pelo Estado, o norte americano estruturava-se sobre a busca de uma organização material pautada na promoção do desenvolvimento econômico através da regulação de serviços sociais e trabalho. (KERSTENETZKY, 2012).

Todavia, a atuação estatal frente à demanda social constitui-se a partir de especificidades e interesses governamentais, que diferem suas ações em instancias e graus condizentes com o modelo de gestão empenhado. Nesse contexto e sob a luz do explanado trago a discussão para o Brasil, país de economia periférica que desde seu descobrimento em 1500, tem suas respostas para o cenário interno inspiradas no quadro externo. Destarte, no Brasil os rebatimentos das crises do capital obtiveram sua orientação pelos modelos citados, e é neste cenário se dará a análise das respostas do Estado frente à questão social.

3. CAPÍTULO II - RESPOSTAS SOCIAIS DO ESTADO BRASILEIRO: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.

O processo constituinte nacional – iniciado na década de 1970 – em prol da construção da Carta Maior de 1988 – pautado sob prisma da democracia – iniciado no período em que o Brasil vivia a falência/superação de um período ditatorial militar, que vigorara por vinte e um anos, revelou uma força real da articulação do povo em busca de uma nova ordem social, como também foi expressão dos novos ditames exercidos pela produção e reprodução do capital. (SPOSATI, 2003).

Quando analisamos o processo constituinte nacional, percebemos que ele acontece concomitante ao período de reestruturação produtiva, política e social ocorrida no mundo a partir de 1970, que de acordo com Antunes (1999) pode ser chamado de reestruturação do capital. O elemento pode levar a pensar sobre a busca pela democracia não apenas como um sinal de liberdade de cidadania, mas também como a necessidade de uma nação livre para as produções e consumo de um mercado reformulado, que não objetivava encontrar barreiras para sua expansão pela existência de um regime ditador.

Destarte, o golpe de Estado de 1º de abril de 1964, ocorrido no Brasil sob a influência norte americana a fim de barrar uma pretensa aliança brasileira com a economia dos países socialistas, já acenava a implantação/afirmação de um projeto nacional, que viria ser consolidado anos mais tarde.

Em meio a cenário político entre 1961 e 64, onde o trabalhador e setores da sociedade organizada pensaram e questionaram a estrutura e o modelo de produção vigente, que produz extrema pobreza, a burguesia temia perder seu espaço e poder na sociedade brasileira. Então, entre alterar os modelos de produção ou voltar-se à submissão internacional opta pela submissão, o que de fato leva o país em 1964 a regredir as condições coloniais de reprodução dependente e associada. Para manter o pacto feito com o imperialismo norte americano a burguesia e o Estado brasileiro utilizaram-se dos meios coercitivos as força militar para calar contrários e disseminar a ideologia dominante posta. (NETTO, 2010).

Assim, além de conter um processo revolucionário, sob bases socialistas, que havia ganhado força desde 1961, pela realidade adversa vivida social, política e economicamente no país, o golpe de abril teve por intenção acelerar e readequar o desenvolvimento econômico do país para acumulação nacional e internacional do

capital brasileiro que atuava nas e para as bases imperialistas, tal elemento seria também responsável por responder às mazelas da questão social. (NETTO, 2010).

No entanto, de acordo com Netto (2010) o período ditatorial brasileiro, não foi capaz de amenizar nenhum dos problemas estruturais do país. Para o autor, por advirem da mãos da burguesia estes governos causaram o agravamento da realidade estrutural da nação em detrimento do desenvolvimento capitalista. Desta maneira, o verdadeiro intuito do golpe foi frear o socialismo e não amenizar a pobreza nacional.

O acontecimento de 1964 objetivou e legitimou uma regressão nacional aos tempos de subordinação extrema e alienada, tanto para os trabalhadores, quanto para a burguesia que só enxergaria isso mais tarde, pois conseguindo alcançar o objetivo, de implantação da ditadura, parcela da classe burguesa se viu desfavorecida dos benefícios existentes que eram voltados ao capital internacional e juntamente com outros setores de luta da sociedade foram em busca do questionamento do sistema autoritário imposto. Ou seja, após corroborarem para o sucesso do golpe, grande parcela da burguesia viu que os benefícios eram voltados para o capital internacional e então resolveram voltar-se ao movimento revolucionário para “repensar” o golpe e o Estado autocrático criado por eles mesmos. (NETTO, 2010).

Como visto no capítulo anterior, os diferentes momentos históricos pedem específicas respostas, assim, ainda que tenha o povo brasileiro sido calado por vinte e um anos durante a ditadura, isso não impediu o enfrentamento e a resistência de muitos, que corroboraram quando possível com uma organização de uma nova sociabilidade, expressa aqui pela Constituição Cidadã. (BOBBIO, 2004).

Outrossim, se fora o processo constituinte nacional marcado por um momento de reordenamento do capital mundial, também fora palco de reflexão, lutas e conquistas sociais, realizadas em determinado período de desenvolvimento do ser humano. (SILVA, 2012).

A Carta Magna da República Federativa do Brasil de 1988 inaugurou no país novas respostas à área social. A promulgação de uma Constituição conhecida como cidadã, composta por elementos referentes ao direito do cidadão e dever do Estado para com a garantia de direitos a todos, trouxe a esperança para construção de uma nova sociabilidade. (PEREIRA, 1996).

Pautada sob os prismas dos sistemas bismarckiano e Beveridgeano de proteção social, a Constituição de 1988, legitimou não apenas uma organização política democrática, mas também trouxe conquistas sociais ao povo brasileiro, como exemplo a Seguridade Social. Segundo Pereira:

[...] Tal fato ganha maior relevância quando se constata que esta inclusão inaugura, na tradição constitucional brasileira, uma atenção particular para com os mais pobres, ou para com os “desamparados” como está designado no art. 6º. da Carta Magna. Efetivamente, embora desde 1934 as Constituições Federais venham disciplinando direitos e relações de trabalho, como forma de regular a economia e o mercado, só em 1988 os destituídos, inclusive de condições de trabalho, foram legalmente amparados no seu direito de proteção gratuita e desmercadorizável pelos poderes públicos [...]. (1996, p.66).

As conquistas podem ser entendidas como reflexo desde o movimento dos trabalhadores assalariados do século XIX, até aos movimentos sociais emergidos na década de 1960, quando o regime socialista e o questionamento da ordem se mostravam latentes. (BOBBIO, 2004; HOBBSAWM, 2000).

Ao ser composta pelo tripé saúde, previdência e assistência social, a seguridade social brasileira veio responder às expressões da questão social de forma mais concreta que em qualquer outro período do país. Contudo, a conquista nacional no que se refere à concretização dos direitos inscritos no papel, ainda encontra dificuldades para materializar-se na vida do cidadão. (PEREIRA, 1996). A exemplo, mesmo que o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 em seu parágrafo único preconize que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010). (BRASIL, 1998).

Não é perceptível uma oferta de serviços pautada pela qualidade e continuidade que se requer para a garantia de cidadania. Na contrapartida de tudo o que se esperava para o momento, onde a proteção social mostrava garantir alcances universais, o Estado foi suprimido à ordem de regulação *Neoliberal*, que é instituída pelos governos brasileiros na década de 1990, visando desmontar não apenas direitos conquistados anteriormente pela classe trabalhadora, mas também aos referentes à recém criada seguridade social. (ANDERSON *et al*, 1995).

Desta maneira, ainda que seja um ganho a regulação legal da seguridade social, há que se questionar se o trabalhador consegue alcançar a efetivação de seus direitos, de forma que isso contribua com seu desenvolvimento humano. Pois ao ter no comando de seu país um poderio interessado mais na continuidade da exploração da riqueza nacional e expropriação vital do cidadão, que de fato no bem-estar social, a concretização dos direitos de mostram cada vez mais distantes. (BATTINI e COSTA, 2007; PEREIRA, 2002; SILVA, 2012).

2.1. AS TRANSFORMAÇÕES MACROSSOCIETÁRIAS¹² E O ESTADO NACIONAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL UMA POLÍTICA DO TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA.

Os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 dispõem da Assistência Social como eixo da Seguridade Social brasileira. Onde, segundo:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

E, segundo:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988).

¹² Termo utilizado por Marilda Villela Iamamoto em: Serviço Social na Contemporaneidade (1998), para designar as mudanças ocorridas no mundo na década de 70 com a reestruturação produtiva que incidiu sob a organização social.

Para ser efetivada, assim como cada uma das bases, que compõem o tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) a assistência teve de ter sua organização sancionada por meio da específica lei orgânica. Contudo, entre o tripé da seguridade, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi a última a ter sua normatização sancionada, o que pode ser analisado sob o viés da implantação da lógica *Neoliberal* no país¹³, onde o orçamento do Estado é enxugado para o social, fator que pode ter excluído a necessidade de normatização para a área pelo olhar do governo do período. (NOZABIELLI, 2008).

A regulamentação da assistência social, que se deu através da Lei nº 8.742 de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ocorreu cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, pelo então presidente Itamar Franco. A sanção da lei aconteceu por meio da mobilização de movimentos sociais e sociedade civil, tendo também a influencia do Ministério Público, que ameaçou “[...] o poder Executivo com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão para que este encaminhasse um novo projeto de lei da assistência social [...]”. (PEREIRA, 1996. p.94).

Ainda assim, para ser sancionada a LOAS passou por diversas modificações. Segundo Pereira seu primeiro texto foi totalmente vetado por Collor:

[...] por ser considerada inconstitucional e ferir o interesse público em seu intento de transferir um benefício de prestação continuada em dinheiro aos idosos e pessoas portadoras de deficiência [...]. (1996, p. 93).

A sanção da LOAS em 1993 reflete um espaço de luta e conquista social, que só fora possível por meio da união de atores sociais, como no caso da sociedade civil organizada. Assim também, instâncias de representação de categorias profissionais como as do Serviço Social CRESS e CFESS¹⁴, que segundo Sposati (2003) “[...] vão se movimentar com a ANASSELBA¹⁵, Frente Nacional de Gestores Municipais e Estaduais, Movimentos pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Idosos[...] (p.17)”, entre tantas outras frentes de defesa de direitos, como a comunidade acadêmica e movimentos sociais, em busca da sanção da lei.

¹³ A política neoliberal é reconhecidamente introduzida no Brasil com o governo de Fernando Collor de Mello, que tomou posse em 1990, da cadeira presidencial.

¹⁴ Conselho Regional do Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social.

¹⁵ Asselbas e Anasselbas: Associação Nacional dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência (LBA)

Todavia, apesar de sancionar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e criar o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) em 1994, Itamar teve suas ações impressas pela interferência do Ministério Público e pressão popular. (PEREIRA, 1996).

O cenário de resistência quanto à efetivação dos direitos conquistados constitucionalmente reflete o capitalismo em seu estágio mais avançado, o chamado capitalismo tardio, que vigora sob a regulação da era *Neoliberal*. No governo do Presidente Fernando Collor de Melo, que ocorreu por dois anos, a assistência social, marco de países segurados pelo dever do Estado para com o socioassistencial, teve seu êxito dificultado pela estrutura forjada no momento.

O *impeachment* de Collor em 1992, ajudado pela opinião de uma mídia *autocrata burguesa*, temerosa em ser atingida pelos devaneios do presidente, que segundo Sposati (2003) confessou ter a ideia de que era um *Superman*, realizou-se pelas mãos de jovens que foram às ruas com os rostos pintados, juntamente com membros de movimentos sociais e sociedade civil, para exigir a saída do presidente, que atuava com atitudes extremas e autoritárias, sendo uma das mais conhecidas o congelamento de poupanças da população nacional. (NETTO, 2010; SPOSATI, 2003).

O *impeachment* deu conta de barrar o projeto de implantação do *Neoliberalismo* pelas mãos de Collor, mas não pode frear seu vice, Itamar Franco, que continuou a abrir as portas para a regulação até o momento de sua saída em 1994. (NOZABIELLI, 2008).

A entrada da lógica *Neoliberal* no Brasil teve como objetivo o enxugamento do orçamento e a concomitante minimização do Estado, sobretudo, no que se refere à área pública e assim a social, que é tida pela ideologia do neoliberalismo como gasto oneroso do desenvolvimento econômico e por isso, do desenvolvimento social. (BATTINI e COSTA, 2007).

Neste cenário contraditório entre garantia de uma Seguridade Social plena e um gerenciamento estatal com respostas minimalista e focalizadoras às necessidades do cidadão, a assistência social caminhou sob duras penas, o que serviu para distanciar o trabalhador da garantia de seus direitos tanto atuais, instituídos na Constituição Federal de 1988, quanto os demais direitos adquiridos desde a Constituição de 1934, que disciplinava os direitos e as relações de trabalho. (PEREIRA, 1996).

Em 1995, quando tomou posse da cadeira presidencial Fernando Henrique Cardoso - FHC, Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco – que ficara conhecido pela estabilização da economia, tendo trabalhado no Plano Real – a esperança do país esteve na efetivação prática do discurso do mesmo que fora eleito com a bandeira de preocupação com a área social e declarando-se “*não ser adepto das teses neoliberais.*” (PEREIRA, 1996, p. 95).

Sendo FHC um dos nomes expressivos contemporaneamente no que se refere a intelectuais brasileiros, a esperança do povo era de que suas decisões fossem tecidas sob os anseios da população, quanto aos direitos sociais instituídos na nova Constituição. Contudo, a realidade revelou-se contrária.

Para Anderson:

[...] No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais [...]. (1995, p. 14).

Destarte, sendo o Brasil considerado uma economia periférica, subdesenvolvida e dependente da regulação das potências imperialistas, que governam a economia mundial, e sendo ainda o Brasil governado por representantes internos, que em sua maioria fazem parte de uma elite conservadora, torna-se imaginável que a adesão a era neoliberal não tenha sido dificultada pelo poderio nacional. Ao contrário, a adesão ao *Neoliberalismo* foi planejada, apoiada e executada com afinco e maestria dignos de sua condição de subordinação aos países e organismos mundiais multilaterais. (PEREIRA, 1996).

No primeiro ano de mandato, 1995, o governo FHC deu início ao que ele denominou Reforma do Estado, um novo termo para concretização do projeto *Neoliberal*. A Reforma era segundo FHC, uma maneira de responder à realidade de precariedade e pauperização existente no país, segundo o ordenamento de organismos mundiais. Assim, o enxugamento do orçamento estatal frente às demandas sociais, a flexibilização e desregulamentação das leis de trabalho e do comércio, o enxugamento do quadro de funcionários do Estado, a terceirização de serviços, a privatização das empresas estatais, seriam as ações mais racionais e eficientes a serem tomadas diante do quadro social, que fora afetado pelas

mudanças societárias ocorridas durante a reestruturação macrossocietária do sistema, iniciada na década de 70. (IAMAMOTO, 1998; PEREIRA, 1996).

As ações do governo FHC não se voltavam às respostas à área social, como almejado pela população, mas como almejavam os grandes empresários nacionais e internacionais que dentre tantas oportunidades viram com a minimização estatal a chance de comercializarem serviços sociais que são de direito do cidadão e dever do Estado, e que foram transferidos para as mãos da sociedade civil, ficando à mercê das intenções de organizações não governamentais que ora não possuíam capacitação para o trabalho, ora não estavam interessadas na qualidade do serviço prestado ao usuário, ora não tinham como atender a demanda existente. (BATTINI e COSTA, 2007).

Real foi também, a oportunidade de expropriação maior do trabalhador quanto sua força vital – força de trabalho -, já que auxiliados pela globalização, tecnologia e informação, puderam, os capitalistas, dispor de menor número de trabalhadores formais, o que gerou um excedente de procura de emprego em detrimento de uma pequena oferta demandada, ocasionando em redução dos salários e aumentando a competitividade entre trabalhadores, que lutam para manterem seus postos de trabalho precarizado, por temerem ser parte do maior *exército de reserva*¹⁶ visto no sistema. (BATTINI e COSTA, 2007).

Foi visto também pelo mercado, a oportunidade de alcançar lucros exorbitantes com as companhias que eram do povo brasileiro e que foram vendidas a preços relativamente baixos, se comparado com o preço benefício proporcionado pelas empresas a longo prazo. Empresas que se em mãos do Estado nacional poderiam ter o lucro voltado às necessidades do povo, sendo financiadas as políticas públicas. (PEREIRA, 1996).

Com a culpabilização sob a área social, com o discurso de que a mesma absorvia muitos recursos/orçamentos estatais, a justificativa de minimização/diminuição do orçamento público para esta e outras áreas ligadas ao bem estar do povo brasileiro, ganhou legitimidade, e a Reforma do Estado foi efetivada revelando o projeto do governo FHC para o Brasil. Assim, evidencia-se que a reforma estatal iniciada por esse governo não objetivava a emancipação social,

¹⁶ O exército de reserva é próprio da era capitalista industrial, onde há um excedente de trabalhadores frente a pequena demanda requerida pelo mercado. Tal fato torna-se mais expressivo quando pela reestruturação do capital da década de 1970, há um excedente de trabalhadores desempregados tanto na área industrial, como no setor de serviços.

política e econômica do povo brasileiro, mas mais uma vez a submissão da população aos ditames das grandes potências e organismos mundiais. (BATTINI e COSTA, 2007).

A economia *Neoliberal* encontrou, então, uma grande e boa desculpa na perda com os gastos com a esfera pública para legitimar sua ideologia com gastos abusivos pelas mãos do Estado. Tendo ao seu lado a grande mídia nacional, tratou de disseminar a ideia de que os gastos com as políticas públicas onerariam o Estado, que não seria capaz de responder à pobreza expressa na realidade dos cidadãos, com ênfase, aos assistidos pela assistência social, que sobrecarregariam o orçamento nacional por não serem capazes de manterem sua subsistência. (BATTINI e COSTA, 2007).

O que incidiu consideravelmente sobre o desenvolvimento do ser humano, que tendo regulada a qualidade de acesso à direitos, teve também sua construção social e subjetiva afetada, transformando toda a vivencia na sociabilidade. (SILVA, 2012).

A Reforma do Estado com implantação do Estado gerencial, pautado nas formas organizacionais das empresas privadas da regulação neoliberal, sob o comando velado do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e outros organismos mundiais multilaterais, que são os grandes reguladores soberanos da economia mundial pós Segunda Guerra Mundial, constitutos por ideais de extremo conservadorismo, que maquiavam seu posicionamento sob a falácia de construção de uma equidade social, caminhando em via contrária, foi legitimada nacionalmente a partir dos mandatos presidenciais dos governos de Collor, Itamar e FHC, entre 1990-2002. (BATTINI e COSTA, 2007).

Além de extinguir a Fundação Legião Brasileira de Assistência Social (FLBA), até então maior instância de respostas do Estado para com a área social, desde 1942 na era Vargas, o governo FHC também excluiu o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério de Bem-Estar Social. Também é marco dessa gestão, a criação do Programa Comunidade Solidária¹⁷, meio de ação social

¹⁷ A Comunidade Solidária foi criada na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994, como forma de respostas às expressões da questão social. Segundo Sposati em seu livro "A Menina LOAS", Peliano representante do órgão pronunciou na primeira Conferência Nacional de Assistência Social que o Comunidade Solidária seria uma instância que trabalharia com serviços continuados, que não seriam realizados de maneira focalista. Entretanto, a realidade mostrou-se contrária, pois segundo Sposati as ações foram entre outras descontinuadas e centralizadas, levando o usuário ao clientelismo e distanciamento da compreensão de direito.

calçado em ações paternalistas, que revelam uma estagnação da garantia do direito socioassistencial. (NOZABIELLI, 2008; PEREIRA, 1996; SPOSATI, 2003).

Em 1997, quatro anos após a sanção da LOAS, foi criada a primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 16 de dezembro de 1998 pela Resolução n. 207 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Se fora um ganho para o cenário nacional a construção de uma PNAS, as ações e os projetos socioassistenciais deveriam receber um olhar diferenciado frente ao social, contudo, com “enxugamento” do orçamento do Estado ilustrado acima, e a propensão *Neoliberal* intrínseca a esta política, que fora formulada segundo Pereira (2002) por conservadores, não forneceu subsídios para que isso acontecesse.

Segundo Pereira:

[...] A tendência dominante, da qual compartilha a PNAS, é a de dar pouca ênfase à provisão social como responsabilidade estatal, em troca da ênfase na contribuição da sociedade, o que gera polêmica porque – conforme está implícito na LOAS – só o Estado pode garantir direitos, bem como a gratuidade de benefícios e serviços que constitui uma característica básica da política de assistência social. (2002, p. 224).

Destarte, a própria PNAS/98 possuía grande influência da ação *Neoliberal*, que como dito, visa à minimização do orçamento do Estado nas políticas sociais. Nos anos de 1997 e 1998 vê-se também a aprovação das Normas Operacionais Básicas (NOBs), que são o formato da operacionalização da PNAS. Segundo Nozabielli a:

[...] NOB/97 é a primeira norma que conceitua e estabelece a base de organização do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social (SDPAS) preconizado na LOAS [...]. (2008, p. 68).

Ainda segundo a autora, a NOB/98 viria para estabelecer “*fluxos distintos para o financiamento dos serviços, programas e projetos, ampliar as atribuições dos conselhos de assistência social*” e propor “*a criação de espaços operacionais de gestão do SDPAS[...]*” (2008, p. 70), fator que via de fato não pode ser negado como primeiras ações que viriam contribuir para a construção da execução da garantia do direito assistencial. Pois ao normatizar as ações da PNAS/98 a NOB/98 construiu uma nova forma de execução das ações assistenciais, e mesmo não tendo sido formuladas sob uma perspectiva equitativa, foram protoformas para novos regulamentos construídos com o tempo, sendo eles diferenciáveis em nível de organização e garantia de direitos.

Nesse cenário complexo, precário e de frágil investimento na área pública, portanto, social, a política de assistência social caminhou lentamente frente o que se propôs na Constituição de 1988. As ações com regulamentações conservadoras foram focalizadoras e paliativas, fragilizando o acesso aos direitos conquistados. A conjuntura do cenário fez com que o clientelismo, o paternalismo e caridade continuassem em vigor na assistência social, pelo período do governo FHC. (PEREIRA, 1996; 2002).

2.2. A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE O DIREITO SOCIOASSISTENCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO LULA.

A vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) foi o símbolo da rebeldia do povo brasileiro¹⁸, que sofria no momento as transformações macrosociedadeiras da reestruturação produtiva em escala mundial, que adentrou fortemente no país durante a década de 90. Nesse cenário, a desigualdade e a precarização do social se revelaram expressivas e o povo não havia colhido os frutos promulgados na Constituição Cidadã. Sobretudo, quanto aos preceitos de garantia dos direitos assistenciais sob a primazia do Estado. (IAMAMOTO, 1998; NOZABIELLI, 2008).

Foi na gestão do PT que assistência social brasileira recebeu, desde a promulgação da Constituição de 1988, a aferição de direito assistencial, como preconiza a Lei. O que não significa, contudo, que a política pública não tenha sido trabalhada sem contradição, pois o governo PT continuou o trabalho da lógica dos organismos mundiais multilaterais que governam a economia capitalista pelo viés do enxugamento do orçamento estatal para a área pública. (BATTINI e COSTA, 2007).

Outrossim, no campo da política pública, as ações governamentais no que se refere à assistência social, caminharam para a construção no imaginário social de um olhar diferente quanto aos direitos socioassistenciais. Iniciou-se um caminho diverso dos tempos anteriores, onde esse direito fora tido como estigma social levado à *supranuméricos* tidos como indivíduos incapazes de manterem-se a partir do trabalho, passando o direito socioassistencial a ter mais respeito institucionalmente. (BOURDIEU, 1996; CASTEL, 2012).

¹⁸ A eleição do PT mostrou-se rebeldia, pois diferente de muitos partidos políticos nacionais, este nasceu no seio dos sindicatos das fábricas metalúrgicas do ABC paulista, o que lhe imprimira caráter diferenciado frente o imaginário social.

O olhar aferido à assistência social recebeu conotação de um direito social necessário à manutenção do mínimo para a sobrevivência de cidadãos, que inseridos na lógica global da atualidade, não possuem espaço para construírem seu caminho pelo viés do trabalho formal, este cada vez mais difícil de ser alcançado no período neoliberal, pelos determinantes tratados no capítulo anterior.

Desta maneira, o período do governo de Luis Inácio Lula da Silva (LULA), pode ser encarado como um marco de transição da política de assistência social frente o imaginário social nacional. E ainda que não se possa falar em legitimação da de toda a população perante esse argumento, e nem em supremacia de qualidade das ações, foi nesse momento onde se viu os maiores avanços dessa política, seja em visibilidade social, seja em normatizações. (BOURDIEU, 1996).

Em 2003, primeiro ano de mandato do governo PT foi convocado a IV Conferência Nacional de Assistência Social, mesmo ano em que a LOAS completava dez anos de existência. (NOZABIELLI, 2008; SPOSATI, 2003).

Segundo Nozabielli:

[...] a pauta da IV Conferência Nacional, realizada em 2003, tematizou e deliberou as bases e as diretrizes para a edição de uma nova política nacional de assistência social, sob um modelo unificado e hierarquizado em proteção social básica e especial. (2008, p.71).

A IV Conferência Nacional de Assistência Social representou um divisor na área socioassistencial. Tanto as discussões realizadas por fóruns locais e o nacional, quanto as discussões realizadas em centros acadêmicos e em municípios, proporcionaram um apanhado de conhecimentos que foram capazes de reconstruir de maneira qualitativa as prerrogativas para novos moldes organizacionais ou normativos da LOAS, contribuindo para uma normatização dos serviços, que estariam voltados a execução da garantia de direitos à população, com maior seriedade e respeito. É também marco no ano de 2003, a criação do Ministério da Assistência Social, que fora considerado “[...] *seguramente o mais importante avanço* (SPOSATI, 2003, p. 23)” da LOAS desde sua sanção em 1993. (NOZABIELLI, 2008).

Em 2004 a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) representou outra grande conquista, ficando o mesmo responsável em acompanhar a execução e fazer valer as deliberações acordadas na IV Conferência Nacional, onde as discussões caminharam pela via da mudança da atuação da

assistência social calcada numa política (PNAS/98) sob determinantes preeminentemente neoliberais, para a construção de novas propostas voltadas à construção da dignidade e autonomia do cidadão. (NOZABIELLI, 2008).

A reelaboração da PNAS/2004 foi aprovada pelo CNAS e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), reformulada sob a luz da IV Conferência Nacional. A PNAS/2004 trouxe a diferenciação entre níveis de serviços, em proteção social básica e especial de média e alta complexidade, incorporando uma nova forma de organização inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS), onde entre outras características, o serviço é realizado respeitando a perspectiva territorial do município e do usuário, sob a ótica de descentralização administrativa. (COUTO, 2009; BRASIL, 2004; NOZABIELLI, 2008).

Segundo Nozabielli, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um:

[...] documento normativo [que] introduziu a perspectiva territorial, a dinâmica populacional, os indicadores de desigualdade, as demandas sociais, o tipo de rede socioassistencial, como variáveis que interessam diretamente à gestão e ao financiamento da política de assistência social. (2008, p. 73).

Assim, a reelaboração da Política Nacional de Assistência Social segue o preceito de respeitar o usuário enquanto um cidadão de direitos e não mais como beneficiário de um serviço pobre feitos para pessoas “incapazes”. Segue o preceito da intersetorialidade, onde há articulação entre os serviços de várias políticas públicas; o preceito da territorialidade, onde os serviços são diferenciáveis pela demanda da região e do município, deixando de ser uma política de cunho centralizado em serviços criados para toda a nação; a prerrogativa de matricialidade familiar, onde os serviços, projetos e programas socioassistenciais são direcionados não apenas ao indivíduo, mas à criança, ao adolescente, ao idoso e demais grupos presentes no meio sociofamiliar. Também há prerrogativa do trabalho e da autonomia e protagonismo dos indivíduos por meio de serviços, programas e projetos realizados sob os preceitos citados, trabalho em rede e pactuação entre as esferas de governo, Federal, Estadual, Distrito Federal e Municípios. (BATTINI e COSTA, 2007; BRASIL, 2004; SILVEIRA, 2007).

O novo olhar sob os serviços socioassistenciais estabelecido com a PNAS/2004, e organizado pela inovadora proposta de gestão, o Sistema Único de

Assistência Social (SUAS), normatizado em 2005 (NOB/SUAS)¹⁹, objetiva mapear um novo e possível caminho para construção de um referencial concreto e diferenciado qualitativamente para Assistência Social nacional, que desde sua gênese caminhará sem um referencial físico de identificação, como possuem outras políticas públicas, a exemplo da saúde, educação e previdência social. (BRASIL, 2004; COUTO, 2009).

O referencial físico ao usuário da PNAS/2004 foi possível pela territorialização e descentralização, que construiu com a gestão SUAS, os Centros de Referência da Assistência Social em seus níveis de proteção básica (CRAS) e especial (CREAS)²⁰, em que a hierarquização dos serviços acontecem em equipamentos com locais específicos, os mesmos que desde então, deverão localizar-se em regiões de maior vulnerabilidade conforme preconiza a normatização (SILVEIRA, 2007). O intuito seria que o usuário da assistência social construa um vínculo de referência com a assistência social que pode ir conquistando aos poucos status de serviço público especializado dentro do imaginário social.

A PNAS/2004 e NOB/SUAS/2005 configuram grandes conquistas da assistência social brasileira, que pôde iniciar um trabalho para a consolidação e efetivação de uma política socioassistencial mais cidadã. O fato é que mesmo que tenham sido consideráveis as conquistas na área da assistência social, não se pode negar a conjuntura estrutural alicerçada sob as transformações macrosociedadeis do

¹⁹ Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social foi elaborada pela Resolução N° 130 de 15 de julho de 2005. Responsável pela organização territorial, estrutural, financeiro e administrativa da PNAS/2004. Parâmetro advindo das discussões de mudança estrutural na assistência social brasileira dentro da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003.

²⁰ CRAS – Centro de Referência da Assistência Social: destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização.

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social: são ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades (MDS).

período, onde se vê a silenciosa saída do Estado frente o social. (BATTINI e COSTA, 2007; IAMAMOTO, 1998).

Sem incentivo orçamentário, o social, acaba se tornando mais dicotômico, o que aumenta a demanda da assistência social, que fica encarregada em responder às necessidades resultantes de mazelas sociais que poderiam ser respondidas com o trabalho de outras políticas públicas que também são atingidas pelo projeto neoliberal. (BATTINI e COSTA, 2007; IAMAMOTO, 1998).

Como afirmam Battini e Costa:

[...] se não houver a retomada do crescimento econômico com um processo de distribuição de renda e forte investimento nas políticas sociais, especialmente na educação e saúde, a demanda para a assistência social só tenderá a crescer. (2007, p. 42).

Todavia, a consolidação da assistência social, enquanto política pública de qualidade requer dos órgãos e profissionais executores dos serviços o “[...] *amplo conhecimento da Loas, da PNAS/2004 e da NOB/SUAS* [...]” (COUTO, 2009, p. 213), pois este é um fator determinante para construção de um bem estar social.

Nesse sentido normativa importante para assistência social fora a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, NOB/RH-SUAS²¹, que estabeleceu uma equipe de referência para a gestão SUAS. Segundo a NOB/RH-SUAS:

Os princípios e as diretrizes contidos na presente NOB/RH-SUAS têm por finalidade primordial estabelecer parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, englobando todos os trabalhadores do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, inclusive quando se tratar de consórcios públicos e entidades e organizações da assistência social. (BRASIL, 2006).

A NOB/RH-SUAS surge como uma política organizativa e capacitadora de todos os trabalhadores da rede socioassistencial que passam a ter, como o modelo de gestão, especificidades quanto sua ação em cada esfera de governo, nível de gestão e proteção social. (BRASIL, 2006).

Não obstante, estando inserida na reestruturação capitalista, a normatização encontra entraves com a Reforma do Estado brasileiro, que desde a década de 90 passa pelo enxugamento do quadro de profissionais estatais respeitando o ditame *Neoliberal* de terceirização dos funcionários e serviços. (BRASIL, 2006).

²¹ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

A conquista pode, ainda que em meio a controvérsias, representar a construção de condições concretas e continuadas de serviços, programas, projetos e benefícios calcados na segurança de vínculos firmados entre trabalhadores do setor e trabalhadores e a população, pois sendo obrigatória a efetivação de funcionários via concurso público, fica também mais acessível um trabalho de qualidade realizado pela segurança da estabilidade do servidor. (BRASIL, 2006; COUTO, 2009).

Em novembro 2009 houve a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais pela Resolução nº 109, legislação extremamente relevante para a área assistencial, onde passam a ser especificamente organizados os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados em cada nível de proteção do SUAS. (BRASIL, 2009).

Segundo estudos do IPEA:

[...] a tipificação preenche uma lacuna de regulamentação dos serviços e cria uma identidade para estes, que passarão a ter uma unidade nacional no que se refere à compreensão de seus objetivos, provisões e aquisições dos usuários. Consiste, portanto, em referências fundamentais para gestores e trabalhadores da assistência social ao que tange à implementação ou à adequação dos serviços, configurando-se assim em um importante marco para a gestão da política. [...] Por fim, cabe destacar ainda a importância da tipificação para a consolidação dos serviços de assistência social no país. A partir da regulação dos serviços, fica explícito aos cidadãos e às instâncias de controle social o que eles podem exigir do poder público no campo da assistência em qualquer parte do território nacional [...]. (2000, p. 51).

Neste contexto, entre retrocessos e avanços reais na Assistência Social, a gestão SUAS recebeu status de lei, com a alteração da Lei nº 8.742 de 1993 pela Lei 12.345 de 2011, configurando-se um novo direito assegurado em lei, que dificultará intentos de governos em desmontar-lhe. Ainda como marco de conquistas do período foi aprovado em 2012 a nova NOB²², que vem repensar principalmente o modelo de blocos de financiamento dos níveis de proteção, tornando a gestão dos serviços mais maleáveis às peculiaridades de cada região.

Destarte, os avanços no campo socioassistencial refletem as respostas necessárias em uma nova organização estrutural e, portanto, econômica, política e social, que vive o país e o mundo, agora construído sob a flexibilização e o *Neoliberalismo*. Assim, ainda que existam contradições presentes nas respostas aferidas à população por parte do Estado, não há como negar que elas se fazem essenciais para a manutenção ou construção de uma nova sociabilidade. Deve-se

²² A NOBSUAS 2005 foi revogada pela Resolução do CNAS nº33/2012, onde foi aprovada a NOB/SUAS 2012.

inquirir que a própria contradição existente é fruto do antagonismo de classes próprio de um modo de organização do ser humano em dado período, o capitalismo, e que entendê-lo é uma possível maneira de transformação da realidade. (BOBBIO, 2004; LUKÁCS, 1978; SILVA, 2012).

4. CAPÍTULO III - O DETERMINANTE “HUMANO” ENQUANTO TRABALHADOR/TRANSFORMADOR DA REALIDADE SOCIAL: COORDENADORES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIZAÇÃO DA PNAS.

Parte-se do entendimento que a execução da política pública e, portanto, da assistência social, torna-se aferida pelas mãos de trabalhadores, ou servidores públicos, que ao realizarem sua tarefa expressam sua percepção sobre a realidade social, contribuindo para a construção/reconstrução da sociabilidade vigente, por serem elementos intrínsecos à estrutura, enquanto seres humanos, e pelo fato de que “[...] *todo evento social decorre de posições teleológicas individuais* [...]” (LUKÁCS, 1978. p. 12). (BAUMAN, 2005; MARX, 1996; SILVA, 2012).

Compreende-se que a análise do discurso dos trabalhadores responsáveis pela realização do serviço estabelecido em lei, de promoção a integração ao mercado de trabalho faz-se relevante característica subsidiária para o entendimento da efetivação ou não deste objetivo. Torna-se também, elemento de compreensão, como a legislação é entendida, fator que permitiria o repensar sobre escritos e ações da atual política pública. (BOBBIO, 2004; ORLANDI, 2000).

Para construção reflexiva sobre o que se propõe a entrevista considerou-se além do questionamento sobre a compreensão do Art.²³ da legislação, a formação, o tempo de formação, a escolha profissional e os locais de natureza do entrevistado, que são elementos que podem contribuir com a construção da leitura do discurso dos mesmos, se pensado na importância da realidade social, como eixo estruturante de suas identidades. (BAUMAN, 2005; MARX, 1996).

Para Orlandi:

[...] A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seu mecanismo, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analisa, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (2000, p. 26).

Outrossim, a fala dos entrevistados não ilustrará apenas a análise sobre o objeto em si, mas também a construção identitária dos entrevistados que são portadores de uma identidade de pertença, uma linguagem e um significante que

²³ Art. 203, inciso III da Constituição Federal de 1988 e Art. 2º, inciso III da Lei N° 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (LOAS).

são forjados sob um dado período histórico, o que é de extrema relevância para análise que se visa construir. Aos coordenadores dos CRAS chamarei de A e B, ao Escritório Regional (E. R.), de C. (BAUMAN, 2005; ORLANDI, 2000).

A partir da leitura das entrevistas constataram-se peculiaridades entre os entrevistados. Ambos voltaram sua escolha profissional ao social, de forma consciente. Possuem uma faixa etária entre trinta e quarenta anos, ou seja, nasceram no período de transformação macrossocietária da década de 70, o que lhes imprime um imaginário social alicerçado sob a era flexível. (BAUMAN, 2005; IAMAMOTO, 1998; HARVEY, 1993).

São naturais da região e dois dos três entrevistados concluíram a graduação após o ano 2000, tendo acesso ao novo currículo da Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 1996, sendo o outro formado em 1995. Quanto à escolha da formação acadêmica, constatou-se que possuem formações diferentes, o que contribui para o entendimento da concepção que cada um fará sobre a promoção à interação ao mercado de trabalho pelo viés da assistência social. (IAMAMOTO, 1998; HARVEY, 1993).

Quanto às profissões, o psicólogo; o administrador (que também é matemático, sociólogo, pedagogo) e o assistente social, colocaram que a escolha foi realizada da seguinte maneira:

[...] eu que, assim, eu sempre achei o ser humano uma, uma coisa muito interessante, né. É..., os sentimentos, as ações, a forma de acontecer, não ser igual para todos. Então, eu sempre tive muita curiosidade. Não é..., não é questão de compaixão, não é..., “REALMENTE” não é isso! É curiosidade mesmo, científica! Saber o que, o que acontece com cada um, e porque que com uma pessoa é de uma forma e com outra é, é muitas vezes, é de uma maneira totalmente diferente. (B).

É, eu gosto da área de humanas, né, tanto é que toda minha formação é, com exceção de matemática, que é da exatas né, é, eu gosto de lidar com pessoas, né, gosto da, da área social né, gosto de política, então é..., as que eu escolhi né, gosto da área de educação né, atualmente sou professor, então, foi em cima, dessas, é... afinidades com, a, a, de áreas, que eu escolhi né. (A).

Na verdade no início eu nem sabia exatamente o que era, eu comecei fazer serviço social eu tinha feito alguns testes vocacionais e eu sempre quis trabalhar com pessoas, é..., sempre quis é..., poder planejar ações, e todos os cursos vocacionais deu serviço social. [...] seis meses da faculdade me encantaram e hoje eu não seria outra coisa sem ser assistente social. Não tem um motivo exato, eu escolhi ser assistente social por esse ou aquele motivo, na verdade eu acho que foi a profissão que me escolheu. (C).

A análise compreende que apesar de terem especificidades de olhares e inquietudes pessoais a serem sanados, os profissionais tiveram a propensão a voltar-se ao social e não apenas ao indivíduo. Fato que pode ser pensado, entre tantas possibilidades de análise, como a existência de um elemento inquietante presente na realidade de todos eles, quando em processo de desenvolvimento pessoal e social, em outras palavras, essas escolhas se deram num período de precarização do social em esfera nacional, que fora iniciado em 1990, com a regulação *Neoliberal*. (BAUMAN, 2005; HARVEY, 1993; IAMAMOTO, 1998).

Os anos em que os entrevistados adentraram na Universidade são também no período de enxugamento do orçamento estatal, exercido severamente a partir da década de 90, quando o Estado passou a ser administrado pela lógica gerencial, pautada nos ditames dos organismos mundiais multilaterais comprometidos com a transformação da organização macrossocial. Cabe ressaltar que dois, dos três entrevistados tiveram sua formação em universidade estadual. (BATTINI e COSTA, 2007; POCHMANN, 2011).

Assim, ainda que compelidos, ou propensos a escolherem uma vertente ligada ao social de forma individual, os entrevistados a fizeram dentro de um período histórico em que o quadro social encontrava-se em mudança, onde a estrutura mundial encontrava um ciclo globalizado de informações, tecnologia, conhecimento, evolução e descobrimento científico, financeirização do capital, socialização da cultura e acirramento da disparidade entre produções da humanidade e apropriação destas criações por parte de grande parcela do ser humano, que se tornou mais atingido pelas expressões da questão social. Destarte, mesmo que não seja o único determinante, o social contribuiu para as escolhas dos entrevistados. (HARVEY, 1993; IAMAMOTO, 1998; LUKÁCS, 1978).

Outra questão relevante para a compreensão sobre o trabalho de promoção à integração ao mercado de trabalho pela leitura dos entrevistados foi o modo de ingresso destes em seus espaços sócio ocupacionais. A questão leva à indagação sobre as vestimentas estatais em suas respostas ao social, pois ambos os entrevistados adentraram nos campos de atuação por meio de concurso ou emprego público num período onde o Estado suprime seu quadro de funcionários, e onde em contrapartida, se tem visto relativa abertura de vagas para campos ligados à assistência social. (BATTINI e COSTA, 2007; BOBBIO, 2004).

Uma leitura possível seria que, como tratado no capítulo anterior, o agravamento das expressões da questão social frente os rebatimentos da reestruturação produtiva e mudanças macrosociedade, reguladas pela economia *Neoliberal* proporcionam tamanhas disparidades na esfera social, que as demandas acirradas pelo enxugamento do orçamento estatal para o público passaram a serem respondidas, demasiadamente, pela política de assistência social, que se revela dicotomicamente como ação de manutenção da ordem, sob a perspectiva conservadora burguesa e como direito de cidadania na vida do usuário pelo viés de conquistas do trabalhador. (BATTINI e COSTA, 2007; MARSHALL, 1967; IAMAMOTO, 1998).

Cabe a discussão ainda de que os entrevistados adentraram no cargo público, que ocupam após a criação da NOB/RH de 2006 da assistência social, onde é estabelecida, dentre outras questões, a normatização de número de trabalhadores e a capacitação dos mesmos, para a construção de uma política pública socioassistencial continuada e de qualidade. Desta maneira, além de pensar na opção pessoal dos entrevistados no investimento do quadro público, deve ser levado em consideração à conjuntura histórica da assistência social, que recebe/alcança maior espaço na estrutura socioestatal neste período. (BRASIL, 2006; BOBBIO, 2004).

Análise também foi realizada acerca do período de implantação dos equipamentos socioassistenciais nos municípios escolhidos para entrevista. Tanto os Cras, quanto o E. R. foram inaugurados entre os anos de 2010 e 2012. O que subsidia a leitura de que apesar do SUAS ser uma proposta de gestão da assistência social lançada em 2004/2005, e legitimada legalmente em 2011, percebe-se o alcance de avanços reais se pensado em tempo de idealização e efetivação da proposta. A fala de um dos entrevistados, quando indagado sobre seu olhar profissional acerca da atuação da política de assistência social na região ilustra essa leitura, quando o mesmo diz:

Eu acho que a região teve um salto, em relação a assistência social, [...] quando a gente começou a discutir o SUAS em 2005, falar em CRAS parecia um, um sonho, parecia uma utopia, a gente não conseguia materializar o CRAS na nossa cabeça, a gente achava, achou fantástica a ideia, mas em momento, a gente, não, não acreditava muito que isso ia acontecer [...] a discussão do SUAS, foi, foi uma utopia que se realizou na região, existe muitas falhas, os serviços ainda não estão estruturados e

ofertando os serviços como deveria, mas se a gente considerar que a LOAS é de 1993, que nós temos vinte anos, mas que ela só se consolidou mesmo, a partir da discussão, que a política nacional de 2004 trouxe, né, de, de, a proposta de sistema único, que unificasse o serviço, a nomenclatura do, do, né, dos equipamentos, a padronização, desse serviço, que pensou-se pela primeira vez em qualidade, de atendimento dos serviços, eu acho que nós tivemos avanços imensos na nossa região [...] todos os municípios tem CRAS, todos os municípios conseguiram se habilitar em gestão básica, todos os municípios recebem co-financiamento do governo federal, dos quinze municípios, seis municípios tem CREAS, atende a proteção social especial, é lógico que uma série de dificuldades, com equipe reduzida, com espaço físico muitas vezes inadequado, com o PAIF, PAEF funcionando... é, parcialmente, mas se a gente ver a realidade de hoje, comparada a realidade de nove anos atrás, é uma diferença muito grande. (C).

O discurso proporciona a leitura de que não apenas o Estado tem apresentado relevante participação frente às demandas socioassistenciais, se comparado à historicidade da assistência social no país, mas também revela a própria percepção do entrevistado quanto a isso. (ORLANDI, 2000; BATTINI e COSTA, 2007).

Não se desvincula, entretanto, da mesma reflexão, que o sucateamento estatal, vivido com o *Neoliberalismo* reflete sobre a maneira como o Estado irá materializar suas ações. Não se nega as dificuldades encontradas para aferir os direitos de cidadania, entre eles o social, o qual se trata aqui, porém, a leitura pretendida faz-se sobre o imaginário social dos entrevistados acerca da realidade, que afeta e por eles é afetada. (Anderson *et al*, 1995; SILVA, 2012).

A compreensão das fragilidades do Estado em construir uma política pública de assistência social de qualidade, como preconiza a legislação e a normatização, faz-se evidenciada nas falas dos entrevistados, quando eles colocam que:

[...] é lógico que uma série de dificuldades, com equipe reduzida, com espaço físico muitas vezes inadequado, com o Paif, Paef funcionando... é, parcialmente, mas se a gente ver a realidade de hoje, comparada a realidade de nove anos atrás, é uma diferença muito grande [...]. (C).

[...] é... precisa melhorar no sentido de... as vezes, nas parcerias, as vezes, questão é, de, dos recursos, né, serem mais acessíveis e menos burocráticos [...]. (A).

Ao terem apropriação sobre as lacunas existentes na política – ainda que não tenham externalizado em suas falas de forma acadêmica, com terminologias e autores que trabalham a esfera estatal na conjunta atual – os entrevistados,

enquanto cidadãos percebem a necessidade de adequações a serem realizadas, para realização de um serviço público de qualidade.

O que corrobora com a possibilidade de trabalhar para construção de uma realidade diferente, principalmente pelo viés da participação social em instancias deliberativa, como são os conselhos e as até mesmo as conferências municipais, regionais, estaduais e federais, que são a base para formulação da política pública em âmbito nacional. (BRASIL, 2004).

Há, ainda, a necessidade de se pensar sobre a correlação de forças presente sobre os discursos, pois não se deve perder de vista que estando inseridos no cerne do lócus institucional do aparelho do Estado, estarão também – os entrevistados – compelidos à pressão que a posição lhes imprime. Portanto, ao realizar as análises, tento evidenciar também que o discurso dos entrevistados, deve ser compreendido não somente pela fala proferida, construída por sua identidade de pertencimento local, mas por todo o entrelaçado de elementos envolvidos em sua realidade. Em outras palavras, cabe uma leitura crítica/dialética da realidade, sob todas as colocações realizadas. (IAMAMOTO, 1998; ORLANDI, 2000).

A partir das leituras sobre a estrutura social dos entrevistados e com o olhar sobre como essa estrutura interfere na construção do imaginário do ser humano, que atua na realidade reconstruindo e se reconstruindo sobre a estrutura, trago a reflexão para o cerne do objeto desse trabalho que é a promoção à integração ao mercado de trabalho pelo viés da assistência social, sob a coordenação do ser social aferidor dessa política. (LUKÁCS, 1978; SILVA, 2012).

3.1. NORMATIVAS LEGAIS NO COTIDIANO DO PROFISSIONAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEVER DO ESTADO, DIREITO DO CIDADÃO.

Ao serem indagados acerca da legislação da assistência social, mais precisamente sobre a Lei nº 8.742 (LOAS), a qual se entende que se deve dominar pelo fato de embasar as ações socioassistencias, dois dos entrevistados, que são os responsáveis diretos pelo serviço de execução da promoção à integração ao mercado de trabalho – coordenadores da proteção social básica/CRAS – responderam:

[...] eu ainda estou em fase de, de, de estudo, né, eu não conheço na sua totalidade né, mas, a, parte geral, né, eu tenho conhecimento, até porque, pro ingresso, no, no, do concurso, né, nós estudamos. (A).

Olha, eu conheço mais a prática do que a leitura. *Então, assim..., eu nunca peguei a Loas na íntegra e li, tá.* Então, conheço..., algumas questões. Agora se, por exemplo, você me perguntar, de, de, lei, é, de parágrafo tal, de questão tal, eu não vou saber te dizer. (B).

Nota-se, que apesar de inseridos no espaço socioassistencial, os coordenadores dos CRAS em questão mostraram não possuir o domínio da legislação que deveria respaldar suas ações. O que se torna um desafio, tanto para gestão dos serviços, quanto para a qualidade dos mesmos, que não sendo realizados sob o prisma do que sua específica lei preconiza, tendem a ter resultados diferentes do objetivado, lesando o usuário no acesso ao direito socioassistencial.

Nesse sentido e na busca pela compreensão do olhar dos coordenadores sobre a promoção à integração ao mercado de trabalho, que também tende a revelar seus olhares sobre a própria política de assistência social, indagou-se quanto ao seu entendimento acerca do objetivado no Art. 2º, inciso III da LOAS, colocando-os o que se tratava. As respostas foram:

Ta, eu acho que, o Cras, ai falando de Cras, né, não, não, não da assistência social toda, ele faz isso até uma parte, até um certo ponto, né. Até porque, acho que não é o papel, né [...] Então, o Cras vai entrar mais na promoção, né, geração de renda, né. Não chega a ser uma qualificação, tá. Então, assim, não dá prá dizer que garante o acesso, né..... Ele, auxilia na promoção, mais é mais através de encaminhamentos e parceria, eu penso [...]. (B).

É, toda atividade da assistência social, né, é... além de é atender os grupos minoritários, né, tendo como prioridade o... pessoal, do, do cadastro único, do, do, os beneficiários do programa bolsa família, além de acolhe-los, fazer toda recepção, né, um dos, dos, objetivos é... inserir, o... pessoal de novo no mercado, né [...]. (A).

Sob os discursos evidencia-se um distanciamento de ideias quanto ao trabalho de promoção à integração ao mercado de trabalho. Ambos os entrevistados mostraram um específico posicionamento sobre o que objetiva o inciso III do Art. 2º da LOAS, normatizado também pela PNAS/2004.

Em análise, o discurso revela, entre outras leituras possíveis, que a realização dos serviços ofertados pelos CRAS em questão, não possuem a mesma base, fator que também não lhes imprime a mesma direção, ou resultado final nas ações que devem ser seguir uma padronização nacional regulamentada em lei. (BRASIL, 2004).

Destarte, apesar de ser um momento onde o espaço de trabalho socioassistencial tem se revelado expressivo, principalmente na esfera estatal, a capacitação dos trabalhadores do setor, como requer a NOB/RH, não tem acompanhado a mesma demanda e esta fragilidade é afirmada quando um equipamento responsável em realizar esse trabalho coloca acerca da capacitação estatal:

Existe, existe.... através da modalidade a distancia como é.... como a gente pode ver que é a onda do momento,né. Até pra nós, até a equipe do Escritório Regional, é "capa".... capacitado não né, é informação à distancia. Nós temos alguns mecanismos de web conferência, de tele conferência, vídeo conferência, mas nada presencial. Pros municípios são ofertados alguns cursos, poucos, bem poucos, mas são ofertados cursos também na modalidade a distancia, que é direcionado principalmente pra equipe técnicas dos serviços, ou, Cras, Creas e Órgão Gestor. (C).

Com essa leitura da realidade da capacitação por parte do Estado, na região analisada, evidencia-se o desafio colocado acima, quanto à atuação do trabalhador sobre a esfera social, a partir de seus valores pessoais. Pois, com a defasagem estatal em preparar e acompanhar seus servidores nos serviços que são de sua primazia, como no caso da assistência social, dá-se vazão para que os serviços aconteçam da maneira que o trabalhador entender ser a melhor forma e não como preconiza as normativas legais.

Comprova-se a questão desta visão dicotômica e fragilizadora de ações para os serviços socioassistenciais, quando ao serem questionados sobre o desenvolvimento de ações realizadas pelos CRAS, no sentido de promoção à integração ao mercado de trabalho, os coordenadores responderam:

[...] um... exemplo, são os grupos de, de convivência, né, de, do próprio Paif, onde é feito um trabalho de, de fortalecimento de vínculo e, e familiar, e também de orientação, né, pro mercado de trabalho, e de que forma que isso é feito, é, através de, de palestras, né, chamando profissionais da área, ou até mesmo encaminhando pra setores, é, ou agencia de empregos, né, então é feito, diversos, é diversas, ações né, pra inserir as pessoas no, mercado de trabalho, em especial os grupos que a gente atende, né, os jovens. (A).

[...] Então, assim, a... na verdade a promoção ela não devia, ela deveria ser como uma ferramenta, né, então, assim, o... o... a questão do trabalho, né, ou do curso que vai, vai pensa num trabalho posteriormente ele tem que ser um aliado para o trabalho com a pessoa, com a família, para o crescimento pessoal e familiar. Então, é mais fácil trabalhar com a família se a gente tem essa ferramenta, né. Então, se tem lá, e, por exemplo, um grupo de pessoas, de indivíduos, ou de família, eu tenho, e eu ofereço pra esse grupo, por exemplo, uma atividade, um curso que vai ensina, que vai aprimorar, isso é uma ferramenta. O que não pode é a gente entender, é, ao

contrário, né. Como se o CRAS, ele fosse, um local de terceirização do trabalho. Ou, então, ele fosse uma filial da secretaria (risos da entrevistada) do trabalho, ou uma filial do SESC, SENAC, por exemplo. É porque, o trabalho acaba se a gente não toma um certo cuidado, a gente acaba identificando o Cras , à isso, a ter cursos e muitas vezes são proporcionados cursos em cima de cursos e não é trabalhado o valor pessoal, o que aquilo representa para aquela pessoa. Muitas vezes aquela pessoa ela tem aí, ela faz três cursos num ano e nenhum deles foi capaz de fazer com que ela mudasse a forma dela viver, né. Que agregasse valor no sentido dela ter, dela ter..., uma renda melhor, uma condição habitacional melhor, um conhecimento melhor, ta. Então, acho que a gente tem que entender a, o... quando o Paif fala né, e coloca dentro da, da Loas que ele tem que promover, tem que se entender como uma..., como um aliado, ta. Nesse sentido. (B).

Percebe-se sobre as entrevistas, que o elemento humano, instrumento central para aferição de todo trabalho e, portanto, da efetivação do que propõe a PNAS/2004, não tem sido percebido e trabalhado dentro de sua relevância social, que é a de sujeito de transformação da Natureza, que para Marx (1996) constrói e reconstrói as relações sociais, e assim, a sociabilidade, a partir do processo dialético. (LUKÁCS, 1978).

Noutras palavras, o trabalhador responsável em levar o direito ao cidadão não recebe capacitação adequada para realizar o que preconiza a lei, deixando os resultados a desejar no sentido de não serem respaldados pela normatização, entendida como caminho para um serviço de qualidade. (BRASIL, 2004).

Indaga-se também, quanto à base de formação dos servidores públicos, pois será a partir da vertente ideológica, construída no processo de formação acadêmica, que os profissionais terão suas ações voltadas para a promoção do usuário ou para a conservação do *status quo*. (IAMAMOTO, 1998).

Desta maneira, compreende-se que a precária capacitação dos servidores públicos faz-se um desafio se pensado no alcance do que preconiza a política pública – e aqui a assistência social – enquanto uma promotora de política de cidadania, pois sem o devido suporte de informação e conhecimento, as próprias terminologias podem ser interpretadas de forma dispare do que busca a legislação. Exemplos concretos são as falas dos coordenadores que revelam ter distintas concepções quanto ao serviço da assistência social no que se refere a promoção à integração ao mercado de trabalho. Fator que pode ser pensado tanto pelo posicionamento ideológico dos profissionais, quanto pela falta de suporte do Estado em capacitá-los para o que pede o campo de atuação. (IAMAMOTO, 1998).

Igualmente, quando os coordenadores dos CRAS colocam não ter apropriação da LOAS e mostram não ter o mesmo posicionamento quanto ao processo de desenvolvimento do objetivo de promoção à integração ao mercado de trabalho, também levam a pensar sobre a apropriação das diretrizes e dos princípios da assistência social, que tendem a ser alienados da ação dos mesmos quanto a assistência social, passando esta a ser gerida pela direção colocada pelo indivíduo e não pelo técnico capacitado para realizar a política pública. O que tende a fragilizar a afirmação desta política enquanto direito para construção real de cidadania. (BRASIL, 1993; MARSHALL, 1967).

A análise não tem a pretensão, entretanto, de questionar a qualidade dos serviços ofertados pelos equipamentos, mas leva a indagação quanto à possibilidade de transformação/reconstrução da realidade desta política pública, que apesar de ser novidade enquanto direito, vem sendo construída na luta de cada trabalhador, que se rebela frente sua situação no sistema. (HOBSBAWM, 2000; IAMAMOTO, 1998; PEREIRA, 1996).

3.2. POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A GARANTIA DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE: A NECESSIDADE DE REPENSAR A AÇÃO ESTATAL.

A leitura que se faz sobre o explanado encontra na organização da esfera social as respostas para o entendimento acerca da fragilidade apresentada nas entrevistas. (BOBBIO, 2004). Se no período de regulação *Neoliberal* é que o Brasil percebe relativo aumento do Estado quanto ao investimento no campo socioassistencial, por meio de campo de trabalho no aparelho público, é também nesse período onde o trabalhador torna-se menos respaldado pela máquina pública, no que se refere à sua capacitação. (BATTINI e COSTA, 2007).

Nesse cenário, evidencia-se não apenas que os resultados dos serviços públicos da assistência social encontram sérios desafios, no sentido de possibilidade de contribuir com o desenvolvimento societário, mas também a própria vida do usuário, um cidadão de direitos, torna-se precarizada por ser atingida pelo modo que a política é realizada.

Entende-se, que sendo a sociabilidade, afetada pelo quadro analisado, esta tratará de incidir e reincidir sobre o imaginário social, que ao forjar o homem pela

dialética trabalhada por Marx (1996), tenderá também a continuar o processo histórico de alienação sobre o papel da assistência social, não apenas em âmbito local, mas no imaginário de toda a sociabilidade. (LUKÁCS, 1978).

Destarte, urge uma reflexão crítica, não apenas sobre a apropriação do trabalhador quanto ao que a legislação e as políticas públicas preconizam, mas também quanto à dissonante questão expressa na organização estatal, que cria legislações, impõe metas a serem alcançadas e, no entanto, não proporciona aos seus servidores o devido suporte e condições para o alcance do proposto. O que pode ser pensado tanto dentro do entendimento do ranço histórico presente na política nacional, onde a elite conservadora trabalha pro manutenção do *status quo*, continuando uma cultura de falência e ineficiência do Estado, quanto pela real supressão do Estado realizada pela regulação *Neoliberal*. (BATTINI e COSTA, 2007; PEREIRA, 2002; POCHMANN, 2011).

Todavia, a leitura que se realiza entende que seria decorrente também da conjuntura organizacional do Estado atual, de propor e não executar suas ações, que ideologias contra o Estado fazem-se fortalecidas. Nesse sentido, a regulação *Neoliberal* que visa o enxugamento do orçamento estatal, encontraria nesse tipo de lacuna da gerência do patrimônio público, argumentos convincentes quanto à ineficiência do público e eficiência do privado, que segundo o discurso *Neoliberal* traz melhores resultados por estar diretamente voltado à realização de um trabalho e uma bonificação dos sujeitos envolvidos. Como se a cidadania (direitos econômicos, políticos e sociais) não fosse essencial para a o alcance da almejada busca destes atores, ou melhor, o desenvolvimento econômico. (Anderson *et al*, 1995; MARSHALL, 1967).

Assim, ainda que haja sob a perspectiva *Neoliberal* o entendimento de que o enxugamento do orçamento estatal seja uma prerrogativa para se alcançar o ápice do desenvolvimento econômico, isso se mostra questionável, quando pesquisas realizadas no Brasil²⁴ sobre os momentos em que o Estado se fez menos ativo socialmente revelam não apenas o agravamento das expressões da questão social, mas também a desaceleração do progresso econômico, culminando dialeticamente

²⁴ Pochmann realiza uma pesquisa nacional nesse sentido, onde é explanada a precarização do social e do econômico, quando na implantação do projeto *Neoliberal*. Ver em: POCHMANN, M. O trabalho no Brasil pós-neoliberal. Brasília: Liber Livros, 2011.

na fragilização do desenvolvimento do ser social, ou seja, o ser humano. (MARX, 1996; POCHMANN, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura realizada no presente trabalho sobre a importância do ser humano, enquanto elemento central na transformação da realidade – através do trabalho em Marx (1996) – e com a análise sobre as metamorfoses no modo de regulação da produção capitalista – incidentes sobre a formação do imaginário social, destarte, da sociabilidade – sob a gerência do Estado no que se refere à construção de respostas voltadas a condições para manutenção da força de trabalho do homem, assim, da ordem vigente, entendeu-se a necessidade de voltar-se ao ser humano e a reformulação da gestão estatal para um repensar sobre as expressões da sociedade contemporânea.

Outrossim, a peculiaridade da organização produtiva revela-se mais que uma forma de gerir os meios de produção e de consumo, viu-se sob a compreensão realizada, que o posicionamento da teoria social crítica, quanto ao entendimento das determinações da estrutura social sob as relações construídas, é um caminho de extrema relevância para se pensar as expressões da sociabilidade e do próprio indivíduo, que têm sua consciência forjada a partir de seu meio social.

A análise sobre a expressão do trabalho, sobre as respostas do Estado e conseqüentemente da conjuntura socialmente construída pelos indivíduos sociais dentro do período de acumulação flexível, veio contribuir para a compreensão e fortalecimento da teoria social crítica, que analisa o homem enquanto centro do ordenamento social.

Destarte, com o presente trabalho entendeu-se que estando a política de assistência social inserida na organização vigente, também sofre os rebatimentos presentes na metamorfose do processo produtivo. Pois, mesmo sendo respostas necessárias à manutenção da ordem vigente e sendo também conquista da rebeldia do trabalhador, enquanto explorado socialmente, a assistência social só tornar-se-á alcançável, pelas mãos de sujeitos sociais, que sendo componente da estrutura vigente também carregam a contradição em suas ações.

Assim, quando analisado as falas dos Coordenadores entrevistados dos CRAS, compreendeu-se que suas ações estão intrinsecamente vinculadas ao arcabouço econômico, político e social, do qual fazem parte. O que, de fato, serve de entendimento para a leitura sobre os resultados da pesquisa, que teve como

objeto a compreensão destes, quanto ao trabalho de promoção à integração ao mercado de trabalho, pela assistência social.

Se por um lado, os entrevistados mostraram relevantes desafios, quanto ao consenso sobre o objeto de pesquisa, levantando também o questionamento sobre a apropriação das normativas que deveriam embasar suas ações, por outro, proporcionaram a reflexão não apenas acerca de suas ações, mas também das condições que rodeiam as mesmas, no sentido de revelar a necessidade de repensar o próprio campo de atuação, não em âmbito local, mas dentro da esfera estatal, que como colocado anteriormente, faz-se propositiva e, no entanto, não oferece condições palatáveis para que o profissional da ponta da organização – leia-se os técnicos executores da política – tenha uma formação e uma capacitação de qualidade, na prestação do serviços públicos.

Todavia, a crítica realizada não tenta isentar os trabalhadores sobre seus deveres e obrigações, enquanto trabalhadores socialmente necessários inscritos da divisão atual do trabalho, mas coloca a se pensar os elementos que rodeiam e estruturam toda a organização social, para que enfim, possa-se pensar coletivamente em caminhos, que tenham respostas sociais, que atendam ao que se propõe não apenas na política de assistência social, mas também em todo aparato público.

Destarte, com a leitura realizada sobre o olhar dos Coordenadores dos CRAS acerca da promoção à integração ao mercado de trabalho, enveredou-se um caminho diferente do proposto no início do trabalho, que seria a efetivação deste serviço na vida do usuário, entendeu-se que as fragilidades presentes na atuação deste serviço e desta política não são locais e não devem ser trabalhados separados da estrutura que o cerca.

A reflexão chegou à compreensão de que os desafios encontrados nas ações dos trabalhadores não se fazem apenas sobre o entendimento de um artigo da lei, ou realização de serviços socioassistenciais, mas também e, sobretudo, sobre seu espaço de trabalho – aparelho estatal – que estando inserido numa lógica global, regida por ordenamentos multilaterais da organização mundial, têm especificidades que afetam tanto as ações do Estado, quanto as ações, a vida e a sociabilidade do indivíduo.

Valendo assim, a urgência em se repensar não apenas as fragilidades encontradas nas ações dos Coordenadores dos CRAS, mas também a organização

deste Estado, que sendo fruto de um período da organização da humanidade pode e deve ser repensado, para o bem do homem e das relações sociais que constroem a sociabilidade.

Entende-se, que a discussão sobre o assunto encontra-se longe de se esgotar aqui, mas o presente trabalho intenta um possível olhar que contribua com o questionamento, reflexão e possibilidade de construção/trabalho na realidade, que beneficie o cidadão no alcance de sua emancipação real.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. O conceito de trabalho. *In: Curso Virtual. Aula 1. A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global*, 2012.
- ANDERSON, P., *et al.* Balanço do Neoliberalismo. *In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (orgs), et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-37.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise estrutural do capital. *In: Os Sentidos do Trabalho* (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 29-34.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. *In: Os Sentidos do Trabalho* (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. p.19-28.
- BATTINI, O; COSTA, L. C. da. **Estado e Políticas Públicas:** contexto sócio-histórico e assistência social. *In: BATTINI, O. (org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate.* São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR: CIPEC, 2007. p. 19-58.
- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas.* Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. *In: Política Social: fundamentos e história.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 47-71. (v.2)
- BOBBIO, N. *A era dos direitos.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 8 impressão.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papiurus, 1996.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no Século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BRASIL. Assistência Social. *In: Políticas sociais: acompanhamento e análise* (Ipea), Brasília, v. 1, n.19, p. 49-86, Jun. 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº109 de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/RH). Brasília: MDS/SNS, dez. de 2006.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Brasília: MDS/SNAS, out. 2004.

BRASIL (1993). Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 05 de outubro de 1988.
<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtml>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

CASTEL, Robert. VIII A nova questão social. *In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 495-591

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social: Uma nova forma de gestão da assistência social**. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 2.ed. São Paulo: LOYOLA, 1993.

HOBBSBAUWM, E. J. **A década de 70: sindicalismo sem sindicalistas?**. *In: Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 387 - 398.

HOBBSBAUWM, E. J. *Deveriam os pobres se organizar?* *In: Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 399 - 416.

HOBBSBAUWM, E. J. *Notas sobre consciência de classe*. *In: Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 33 – 54.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 17-148.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 52. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Centralidade do trabalho: qual centralidade, que trabalho?** *In: Mundo dos homens: trabalho e ser social*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 27-48.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ciências Humanas (n.4), 1978.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *In: Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 63-114.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização/. *In: O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. cap. V, Parte Terceira. p. 196-197.

DESLANDES, S.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, M. M. do. **Rousseau: da servidão à liberdade**. *In: Weffort, F. C (org.). Os clássicos da política (vol. I)*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 187-201.

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PEREIRA, P. A. P. **A Assistência Social na perspectiva de direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, P. A. P. Sobre a Política de Assistência Social. *In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Orgs.). Política social e democracia*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 217-233.

POCHMANN, M. O trabalho e suas relações no Brasil do início do século 21. *In: O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 69 – 126.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, E. C. **Subjetividade e cinema: vida\arte\vida**. Maringá: Eduem, 2012.

SILVEIRA, J. I. **Sistema Único de Assistência Social: Institucionalidade e práticas**. *In: BATTINI, O. (org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate*. São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR: CIPEC, 2007. p. 59-100.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: umas questão de análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

_____. A Menina

Loas.<<http://www.ceas.sc.gov.br/downloads/sposati.doc>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS COORDENADORES DOS CRAS

1. QUAL SUA IDADE, VOCÊ É NATURAL DE ONDE?
2. QUAL SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA? INSTITUIÇÃO? ANO DE CONCLUSÃO?
3. POR QUE ESCOLHEU ESSA PROFISSÃO?
4. COMO VOCÊ TORNOU-SE TRABALHADOR DO SUAS – CRAS?
5. QUANTO TEMPO VOCÊ É COORDENADOR DO CRAS? TEM OUTRA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL?
6. QUANTO TEMPO EXISTE O CRAS NO MUNICÍPIO?
7. VOCÊ CONHECE A LOAS?
8. VOCÊ PODERIA EXPLICAR O QUE VOCÊ ENTENDE ACERCA DO ARTIGO 2º INCISO 3º DA LOAS QUANDO FALA SOBRE A PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO DOS USUÁRIOS DO PNAS?
9. DENTRE ESTAS ATIVIDADES, HÁ ALGUMA ATIVIDADE DIRECIONADA À PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO? QUAIS? COMO ACONTECEM? HÁ QUANTO TEMPO?
10. VOCÊ PERCEBE QUE ESSAS ATIVIDADES VOLTADAS À PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO POSSIBILITAM O QUE SE PROPÕE? DE QUE FORMA?
11. QUAIS SÃO OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS VISTOS SOB SEU ENTENDIMENTO ACERCA DA CONCRETIZAÇÃO DA PNAS?

APÉNDICE B

**ROTEIRO DE QUESTÕES AO TÉCNICO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE
IVAIPORÁ/PR**

APRESENTAÇÃO:

- QUANTOS ANOS VOCÊ TEM?
- QUANTO TEMPO DE FORMADA (O)?
- A SUA ATUAL FORMAÇÃO: (GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO).
- POR QUE ESCOLHEU ESSA PROFISSÃO?
- TRABALHOU ONDE ANTES DE TRABALHAR NO ESCRITÓRIO REGIONAL?

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 1 - HÁ QUANTO TEMPO O ESCRITÓRIO REGIONAL EXISTE EM IVAIPORÁ? QUANTOS MUNICÍPIOS O ESCRITÓRIO ASSESSORA?
- 2 - COMO FUNCIONA O TRABALHO NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE IVAIPORÁ, NO QUE DIZ RESPEITO: NÚMERO DE PROFISSIONAIS E RESPECTIVAS FUNÇÕES; DEMANDAS, PLANEJAMENTO, ETC.
- 3 - O ESCRITÓRIO REGIONAL POSSUI AUTONOMIA EM SUAS AÇÕES? COMO FUNCIONA?
- 4 - COMO O ESCRITÓRIO REGIONAL ASSESSORA OS MUNICIPIOS PARA EXECUÇÃO CORRETA DOS SERVIÇOS? ESSE TRABALHO ENCONTRA DIFICULDADE DE ADESÃO POR PARTE DOS MUNICIPIOS?
- 5 - QUAIS SÃO OS MECANISMOS QUE O ESCRITÓRIO REGIONAL (CORPO PROFISSIONAL) UTILIZA PARA MENSURAR (QUALITATIVAMENTE E/OU QUANTITATIVAMENTE) OS RESULTADOS DOS SEUS SERVIÇOS(ASSESSORIA) NOS MUNICIPIOS?
- 6 - QUAIS SÃO OS DESAFIOS QUE OS MUNICIPIOS ENFRENTAM PARA EXECUTAREM DE FORMA SATISFATÓRIA O PROPOSTO PELA PNAS?
- 7 - COMO O ESCRITÓRIO AVALIA SEU TRABALHO ATÉ O MOMENTO, NO QUE SE REFERE A CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DA PNAS NOS MUNICIPIOS?
- 8 - HÁ UM TRABALHO DE CAPACITAÇÃO/EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DOS MUNICÍPIOS? SE SIM, QUAL E QUEM FAZ? DE QUE MANEIRA E FREQUENCIA? SE NÃO, POR QUÊ?

ANEXO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaria de convidá-lo (a) a participar da pesquisa: A verificação da aplicação/eficácia do serviço de promoção de à integração ao mercado de trabalho previsto no Art. 2º inciso III da Lei nº 8.742 de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, como resposta do Estado à faceta da questão social do desemprego, dentro das configurações do mundo do trabalho na contemporaneidade, tendo como subsídio de análise dois municípios que compõem a Região Administrativa de Ivaiporã na gerência estadual. **Pesquisa realizada pela discente Nathália Aline Andrade, do curso Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Professora Maria Celeste Melo da Cruz. A pesquisa tem como objetivo:** analisar a partir das transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade a aplicação/efetividade da resposta legal (LOAS) em realizar um trabalho de promoção da integração ao mercado de trabalho do usuário pela Proteção Social Básica, campo da Política de Assistência Social.

A sua participação é muito importante e ela se dará por meio da realização de uma entrevista em um local de sua escolha. Gostaria de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, assim, o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação e poderá recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informo ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. A mídia digital com a gravação de áudio será destruída após seu uso pelo pesquisador. Qualquer dúvida sobre a pesquisa, o(a) senhor(a) tem reservado o direito de esclarecimento, que poderá ser realizado por, discente Nathália Aline Andrade, pelo telefone (43) 96901485 ou pela minha orientadora, a Professora Maria Celeste Melo da Cruz através do telefone (43)98056012

Nome e assinatura do (a) estudante
Matrícula:

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data